

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**ELIANDRA GUERA**

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E ESCOLARIZAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL  
EM NOVA ITABERABA-SC: DA AMEAÇA DE FECHAMENTO À RESISTÊNCIA DA  
ESCOLA NO CAMPO**

**CHAPECÓ  
2020**

**ELIANDRA GUERA**

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E ESCOLARIZAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL  
EM NOVA ITABERABA-SC: DA AMEAÇA DE FECHAMENTO À RESISTÊNCIA DA  
ESCOLA NO CAMPO**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Willian Simões

CHAPECÓ

2020

## Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Guera, Eliandra

Educação do campo e escolarização de tempo integral em Nova Itaberaba-SC:: Da ameaça de fechamento à resistência da escola no campo / Eliandra Guera. -- 2020.

52 f.:il.

Orientador: Doutor Willian Simões

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Pedagogia, Chapecó, SC, 2020.

1. Educação do campo, educação de tempo integral. I. Simões, Willian, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

**ELIANDRA GUERA**

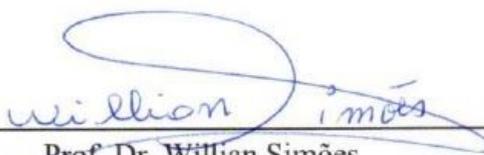
**EDUCAÇÃO DO CAMPO E ESCOLARIZAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL  
EM NOVA ITABERABA-SC: DA AMEAÇA DE FECHAMENTO À RESISTÊNCIA DA  
ESCOLA NO CAMPO**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Este trabalho de conclusão de curso foi definido e aprovado pela banca em:

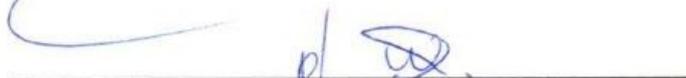
10/12/2020

BANCA EXAMINADORA



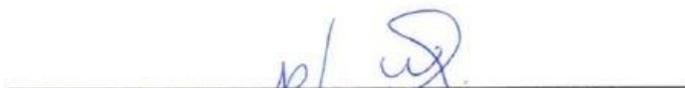
Prof. Dr. Willian Simões

Orientador



Profa. Dr. Katia Aparecida Seganfredo

Membro da Banca



Profa. Dr. Graziela Del Monaco

Membro da Banca

## RESUMO

O processo de escolarização dos sujeitos do campo vem sendo nuclearizado no perímetro urbano, desde o final do século XX, em diferentes municípios brasileiros. Neste trabalho de conclusão de curso, objetiva-se apresentar resultados de estudos e reflexões acerca de uma experiência de resistência de escola no campo frente a este processo histórico de nuclearização que continua em curso no país: a Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista, localizada no interior da cidade de Nova Itaberaba, Santa Catarina. A presente escola estava ameaçada pelo fechamento, mas após um conjunto de ações que resultaram em sua reformulação curricular com ancoragem nos pressupostos da Educação do Campo, assim como a ampliação da jornada de efetivo trabalho escolar para o tempo integral, não só permaneceu no campo, como ampliou seu número de matrículas. A presente investigação objetivou compreender em que medida a reformulação curricular já vem promovendo alterações no espaço escolar e em práticas pedagógicas realizadas pelos professores. Realizou-se estudo do Projeto Político Pedagógico (PPP) e, a partir da estratégia metodológica de netnografia, analisou-se a página do Facebook da escola supramencionada. A partir desta análise em diálogo com referenciais teórico-conceituais a respeito da Educação do Campo e Educação de Tempo Integral, foi possível observar que a escola se esforça para cumprir a matriz curricular presente em seu PPP, incluindo, no contraturno, a realização de oficinas e atividades que possuem relação com a matriz proposta, englobando relações com os territórios de vida e os saberes dos sujeitos do campo. Contudo, a escola ainda possui uma estrutura limitada e demanda formação continuada de professores que, em muitos momentos, restringe a realização de atividades mais elaboradas.

Palavras-chave: Nuclearização. Escola do campo. Escola de tempo integral.

## **ABSTRACT**

The schooling process of rural subjects has been nuclear since the end of the 20th century in the urban perimeter in different counties in the country. In this course conclusion work, the objective is to present results of studies and reflections on an experience of school resistance in the field in the face of this historical process of nuclearization: the Escola do Campo in Full Time Bela Vista, located in the interior of the city of Nova Itaberaba, Santa Catarina. The present school was threatened by the closure, but after a series of actions that resulted in its curricular reform based on the assumptions of Rural Education, as well as the extension of the effective school work day to full time, not only remained in the field but expanded its number of enrollments. The present investigation aimed to understand to what extent the curricular reformulation already promoting changes in the school space and in pedagogical practices carried out by teachers. A study of the Political Pedagogical Project (PPP) was carried out and, based on the methodological strategy of netnography, the Facebook page of the aforementioned school was analyzed. From this analysis in dialogue with theoretical-conceptual frameworks regarding Countryside Education and Full-time Education, it was possible to observe that a school strives to fulfill the curricular matrix present in its PPP, including, in the evening, the holding of workshops and activities that are related to the proposed matrix, encompassing relationships with the territories of life and the knowledge of the fields. However, the school still has a limited structure and demands continued teacher training which, in many moments, restricts the performance of more elaborate activities.

Keywords: Nuclearization. Countryside school. Full-time school.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2. EM NOVA ITABERABA-SC, RESISTE UMA ESCOLA NO CAMPO</b>	<b>14</b>
<b>3. NA LINHA BELA VISTA, EMERGE UMA ESCOLA DO CAMPO DE TEMPO INTEGRAL: CURRÍCULO E DESAFIOS EDUCACIONAIS</b>	<b>24</b>
3.1 O CURRÍCULO DA ESCOLA DO CAMPO EM TEMPO INTEGRAL BELA VISTA	25
3.2 EDUCAÇÃO RURAL X EDUCAÇÃO DO CAMPO	29
3.3 EDUCAÇÃO INTEGRAL DE TEMPO INTEGRAL	44
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>51</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A educação pode ser entendida como um caminho para mudar o mundo. O conhecimento é capaz de transformar a vida das pessoas, porque, além de proporcionar aprendizagens a partir de conhecimentos científicos, pode contribuir efetivamente, por exemplo, com o desenvolvimento psicomotor e afetivo-emocional dos sujeitos. Nesse contexto, pode-se compreender, então, que as escolas, desde os níveis mais básicos, possuem um papel muito importante na construção social dos indivíduos. É na escola que muitos começam a dar os primeiros passos mais qualificados em direção ao seu projeto de vida ou visando sua inserção profissional.

O presente trabalho tem como tema a Educação do Campo, com foco particular na Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista de Nova Itaberaba (SC), que atende alunos desde a Educação Infantil aos Anos Finais do Ensino Fundamental. A iniciativa deste estudo surgiu no contexto de desenvolvimento do programa de formação continuada de professores “Nos caminhos da Práxis”, que envolve a Universidade Federal da Fronteira Sul (Campus Chapecó) e a Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC), bem como representações do poder municipal de Nova Itaberaba. A delimitação do tema foi motivada pela constatação de uma problemática vivida pela escola supramencionada, a ameaça de seu fechamento.

A autora do presente trabalho reside no interior de Nova Itaberaba e já foi aluna de escolas no campo. Ainda, atuo no auxílio do ensino de crianças que vivem essa realidade. Por isso, entendo a importância de manter uma escola do campo, porque, além de ser mais próxima geograficamente do aluno, consegue abordar saberes que vão além da BNCC.

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo geral verificar se a matriz curricular da Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista vem ganhando materialidade de maneira efetiva no espaço escolar e em práticas pedagógicas desenvolvidas pelos/as professores/as. Como objetivos específicos, procuramos: compreender como se deu o processo de nuclearização em Nova Itaberaba que tornou a escola municipal da linha Bela Vista a última escola localizada na zona rural do município; diferenciar os conceitos de educação rural e educação do campo e, como a matriz curricular e o PPP da escola foco desta pesquisa se aproxima dos pressupostos da educação do campo e; por fim, discutir a proposição de escola do campo de tempo integral, suas potencialidades e limites. Entende-se que a implantação da proposta de escola do campo de tempo integral em Nova Itaberaba-SC

evitou o fechamento da última escola situada no espaço rural do município. Mas em que medida sua proposta político-pedagógica com ancoragem em pressupostos da Educação do Campo vem ganhando materialidade no trabalho pedagógico escolar?

Sobretudo, a partir do final do século XX, a oferta de escolarização no campo brasileiro foi marcada pelo fechamento de escolas, pela nuclearização do ensino na sede dos municípios e a disponibilização de uma rede de transporte escolar. Esse processo, no entanto, vem sendo questionado e tomado parte da agenda de luta em defesa da escola do/no campo a fim de possibilitar que seu funcionamento seja mantido nas comunidades em que vivem e trabalham os sujeitos do campo. No final dos anos de 1990, nasce o Movimento Nacional por uma Educação do Campo, que entre muitas pautas, mantém em sua agenda de trabalho a luta pelo direito à educação no campo, ou seja, na comunidade, no lugar em que vivem e trabalham os sujeitos do campo (agricultores familiares, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, entre outras representações dos chamados povos e comunidades tradicionais)<sup>1</sup>.

Em Nova Itaberaba, Oeste de Santa Catarina, no segundo semestre de 2018, o então prefeito Marciano Mauro Pagliarini convidou alguns profissionais da área da educação para realizar a reorganização do currículo da escola do campo localizada na Linha Bela Vista. Esse movimento de reorganização curricular tinha por finalidade a criação de uma escola do campo de tempo integral, com ancoragem nos pressupostos da Educação do Campo. Os resultados já vêm se mostrando positivos, não só porque a escola continuou existindo e ofertando escolarização no campo, mas também porque que a partir do primeiro semestre de 2019 (período em que a nova matriz curricular passou a vigorar), o número de matrículas aumentou, passando de 70 para 105, e a perspectiva é que esse número aumente ainda mais ao longo dos próximos anos (Gilioli & Simões, 2019).

A partir desse lugar, este trabalho tem como objetivo principal compreender em que medida a nova proposta curricular da Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista de Nova Itaberaba-SC já vem conquistando materialidade. Estabeleceu-se alguns diálogos com referências de autores que já pesquisam sobre os assuntos: escolas rurais, escolas do campo, educação do campo e escolas de tempo integral. Nesse sentido, utilizou-se das contribuições de Rocha e Vasconcelos (2017), no que se refere a educação integral; e Costa, Lima e Pereira (2017), Souza (2008), Simões (2018) para abordar o tema da Educação do Campo, entre outros autores.

---

<sup>1</sup> Sobre a história da Educação do Campo no Brasil, recomenda-se aprofundar em Ghedini (2017).

Devido a pandemia do vírus Covid-19, altamente contagioso, e que tem como forma mais efetiva de prevenção o distanciamento social, a metodologia deste trabalho sofreu transformações. Inicialmente, iria ser realizado trabalhos de campo, diálogos orientados e a elaboração de um diário de campo. Como as visitas presenciais ficaram mais restritas, optou-se, então, usar das orientações de netnografia para buscar apreender registros de experiências vividas no âmbito da escola, também como um encaminhamento para poder educar o olhar sobre a realidade. Assim, optou-se por analisar a página de Facebook da Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista

Para Ferro (2015), “a netnografia, também conhecida como etnografia virtual, é uma metodologia científica utilizada para observar comunidades, presentes na internet, quanto à influência na vida de seus membros” (FERRO, 2015, p. 2). A autora destaca que, o netnográfico, assim como o etnográfico, não é apenas um observador, e sim um participante ativo, que compartilha preocupações e emoções dos sujeitos que estão sendo pesquisados e analisados. Cabe salientar que não realizou-se o que podemos denominar como sendo uma netnografia completa, mas buscou-se pistas nesta proposta metodológica para guiar o olhar analítico.

A literatura consultada permite afirmar que a netnografia pode ser vista como uma proposta metodológica que torna possível a análise de páginas virtuais e o desenvolvimento de conhecimento científico a partir dali. Pode-se dizer que emergem cada vez mais estudos desenvolvidos por meio da web ou o que pode-se denominar de Ciberespaço. Compreende-se por Ciberespaço “redes de comunicação digital, espaço não físico” (XAVIER, 2004, p. 19). Para Magnoni e Figueiredo (2019), o ciberespaço surge como um espaço que é ocupado por “diversos tipos de sujeitos altamente heterogêneos e multifacetados, capazes de utilizar as ferramentas disponíveis pela tecnologia para uma mobilização e organização de tamanho e intensidade antes nunca vista” (597-598). É um espaço que não possui delimitações geográficas, mas não objetiva destruir esse conceito e sim ampliar sua percepção. Surgiu com o advento da internet que trouxe consigo novos modelos de comportamento, agora com contatos virtuais.

Na internet, por sua vez, encontram-se as redes sociais, que são sites onde é possível a interação entre usuários. Desse modo, expõe-se ali emoções, opiniões e isso fica presente no Ciberespaço por um tempo indeterminado. Ainda, para Magnoni e Figueiredo (2019),

As relações sociais no ciberespaço, apesar de virtuais, tendem a repercutir ou a se concretizar no mundo real. Marcam, portanto, um novo tipo de sociedade. O indivíduo rompe com alguns princípios tidos como regras sociais, alterando alguns

valores e crenças, sem que isso seja uma determinação da sociabilidade existente no mundo (MAGNONI; FIGUEIREDO, 2019, p. 595).

Por isso, entende-se que a internet e as redes sociais podem ser consideradas espaços de pesquisa. A partir dessa ideia, Almeida (2011) traz algumas recomendações que considera importante para o pesquisador que vai realizar uma pesquisa na web, já que trata-se de um meio que oferece abundância de informações.

Primeiramente, é preciso cuidar com a fonte que está sendo verificada. Segundo Almeida (2011), "os textos encontrados na rede refletem apenas a opinião altamente ideológica de seus autores. Isso quando é possível identificar os autores. Ao contrário de um livro ou uma revista impressa em papel, na Internet muitas vezes é mais difícil avaliar a autoria e procedência do material" (p. 18). Essa característica prejudica na adoção de critérios para a seleção de fontes da internet destinadas à realização de uma pesquisa científica. É necessário identificar se determinado conteúdo corresponde a uma fonte integral, ou se foi retirado somente um trecho. "A precisão das informações contidas em um determinado site deve ser testada comparando-as com outras fontes. Também é importante observar se há alguma instituição acadêmica respaldando o site em questão" (ALMEIDA, 2011, p. 8). Há uma grande quantidade de informações na rede que não possuem nenhuma relação com instituições, logo, sem responsabilidade de autenticidade.

Almeida (2011) atenta-se sobre o inter-relacionamento da documentação. É importante demonstrar, quando for o caso, que a documentação utilizada possui certa relação entre si. Ainda, é interessante abordar as aproximações temáticas e ideológicas da documentação, que, segundo o autor, se manifestam através de citações e convergências discursivas:

Uma forma de interligação particular das fontes oriundas da Internet é feita através dos links. As páginas podem apresentar atalhos para outros sites, o que demonstra algum tipo de afinidade entre os conteúdos dos mesmos. (...) É fundamental registrar tais aproximações tendo em vista que o inter relacionamento das fontes pode funcionar como um indicador da confiabilidade das mesmas (ALMEIDA, 2011, p. 21).

Ou seja, uma forma de verificar se a fonte a ser pesquisada é ou não confiável, é através dos links com outras páginas. Quando se trata de redes sociais, porém, esses links para outros sites dificilmente vão ocorrer, porque se tratam de espaços pessoais, onde publica-se coisas pessoais. Ao mesmo tempo, essa característica mais individual abre a possibilidade para ser uma fonte "confiável", afinal será analisado o comportamento de um perfil

específico, onde o autor publica sobre suas próprias vivências. Nesse sentido, para evitar leituras equivocadas das mensagens e das fotos postadas na página de Facebook da EBM Bela Vista, dialogou-se com a direção da escola. ..

O autor ainda deixa claro que, na internet, o pesquisador vai trabalhar com incertezas. Salienta também que usar uma fonte dita como tradicional não significa ser mais confiável que uma digital, afinal, "um documento impresso pode ser falso. Uma fotografia antiga pode ser fraudulenta. Um depoimento oral pode modificar os fatos (ALMEIDA, 2011, p. 22). Outro ponto destacado por Almeida (2011, p. 22) na análise de fontes da internet trata da importância do cruzamento de dados, pois "tais fontes podem ser altamente ideológicas, sendo necessária a crítica cuidadosa de suas informações". Uma forma de fazer isso é cruzar seus dados com outras fontes disponíveis.

Quando se usa documentos tradicionais para pesquisa, como jornais, cartas e fotografias, o pesquisador pode não se preocupar em verificar sua autenticidade. Tem-se a ideia de que eles já tenham sido avaliados e pesquisados por outros profissionais, por isso, ao se deparar com documentos inéditos, como é o caso da maioria dos sites da internet, é preciso ser criterioso para verificar a confiabilidade dos mesmos. Muitas vezes, o pesquisador vai ser o primeiro a ter contato com a fonte (ALMEIDA, 2011).

Dessa forma, quando o pesquisador adquirir intimidade com a documentação, vai conseguir identificar qualquer desvio dentro do padrão e irregularidades na fonte da pesquisa, e assim, minimizar as possibilidades de erros. Por último, Almeida (2011) afirma que um dos obstáculos presentes na internet é a abundância de informações. Salienta que é preciso saber escolher fontes que sejam relevantes para uma análise quantitativa. As novas tecnologias e, conseqüentemente, os novos modos de pesquisa, provocaram mudanças no modo de lidar com as fontes. Pode-se compreender que ainda se está em fase de adaptação.

Para Herrera e Passerino (2008), as informações coletadas no Ciberespaço podem ficar depositadas ali durante muito tempo, congeladas, e isso permite o acesso irrestrito, sem limites de tempo e espaço. Sobre associar netnografia com redes sociais como o Blog, por exemplo, as autoras afirmam:

utilizando-se da netnografia, é possível analisar os blogs, que são objetos de pesquisa com dados acessíveis e de fácil obtenção, permitindo um escopo imenso na abordagem e armazenamento satisfatório da informação sem o uso de um diário de campo, por exemplo (HERRERA; PASSERINO, 2008, p. 4).

Destacam, ainda, que é possível conduzir uma pesquisa de forma mais rápida do que na etnografia ou qualquer outro método tradicional de coletar dados. Essas mesmas observações podem ser aplicadas ao Facebook.

Cezarinho (2018) afirma que as mídias digitais, de modo geral, reforçam a relação entre as pessoas. Mas são as relações desenvolvidas fora da internet que condicionam isso, por isso, a web não é um espaço independente. Aí, tem-se o caso da rede social Facebook, que é um espaço de interação entre pessoas, onde elas publicam opiniões, fotos, podem conversar entre si. "Assim como as outras redes sociais, blogs e sites espelham as relações cotidianas, políticas, econômicas, sociais e culturais de realidades diversas em temporalidades e espacialidades específicas" (CEZARINHO, 2018, p. 239).

O Facebook teve origem em 2004 mas se popularizou pelo mundo durante os anos de 2009 e 2010. Hoje, segundo o site G1.com, é a rede social com maior número de usuários ativos, cerca de 2,3 bilhões (2019), sendo que o seu criador, Mark Zuckerberg, adquiriu outras duas redes sociais para compor o grupo Facebook: o Instagram e o WhatsApp. É um espaço onde as pessoas podem criar perfis pessoais e comerciais, sendo que nos perfis pessoais, é possível adicionar outros usuários, e a partir dali, trocar interações, como mensagens, fotos, vídeos, textos, compartilhamento de ideias e muito mais. Este trabalho parte do pressuposto de que o Facebook pode ser uma fonte histórica de pesquisa. Isso porque, já possui 15 anos de história, e consegue armazenar os dados publicados por seus usuários durante muitos anos, sendo que as informações só deixarão de existir se o usuário deletá-las.

Então, a partir do entendimento de que a internet - ou Ciberespaço – pode ser compreendida como uma fonte de pesquisa com características únicas, que também permite observar comportamentos que presencialmente não seriam possíveis e abre a possibilidade de análise, e que o Facebook pode estar entre essas fontes de pesquisa, o presente trabalho realizou uma análise da Página de Facebook da EBM Bela Vista, com auxílio da netnografia. Objetivou-se identificar registros da escola, por meio das publicações na página supramencionada, que indicassem ações pedagógicas realizadas pelas professoras e professores para que, a partir das legendas e de um diálogo com a direção da escola, se pudesse evidenciar conexões ou desconexões com a matriz curricular e suas ancoragens na Educação do Campo e escolarização de tempo integral.

Primeiramente, foi acessada a página do Facebook da EBM Bela Vista e realizada uma observação inicial da página, principalmente nas postagens em que as crianças ainda estavam presentes na escola (antes de março de 2020). As publicações analisadas foram no período de 04 de junho de 2019 a 03 de março de 2020. Assim, publicações foram selecionadas,

sobretudo aquelas em que os registros permitiram evidenciar aproximações com o assunto abordado nesse trabalho. Foram selecionadas fotos de postagens consideradas relevantes e, a partir daí, houve diálogo com a direção da escola como forma de compreender melhor o contexto de realização das ações registradas, entre outros detalhes contextuais. Aproveitou-se para averiguar, também, as datas de publicação, a quantidade de fotos por publicação e a interpretação das legendas – visando ampliar aproximação com o contexto da ação pedagógica realizada. Assim, ao longo do texto aqui disposto, junto às fotografias, será observado a atividade que se retrata, se possui associação com a matriz curricular da escola e qual oficina da matriz se encaixa (baseando-se no esquema 01, página 27). Ainda, englobamos entendimentos a respeito das expressões dos alunos que compõem a foto e dos comentários da autoria da postagem.

Feitas estas ressalvas de ordem metodológica, o presente trabalho apresentará, na sequência, a localização e caracterização da Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista de Nova Itaberaba (SC) e seu território de abrangência. Em seguida, uma explanação acerca das políticas de fechamento já realizadas pelo município, assim como será apontado com mais detalhes a situação em que se encontra a escola supramencionada. Por fim, no último capítulo, será abordado de forma um pouco mais detalhada como está constituída a nova matriz curricular da EBM Bela Vista e de que forma essas diretrizes vêm ganhando materialidade. Para tanto, como já mencionamos anteriormente, realizou-se análise do Projeto Político Pedagógico da escola e, em seguida, um estudo em sua página do Facebook, verificando se as práticas pedagógicas publicadas nessa rede social possuem relação com a matriz curricular proposta e desenvolvida pela escola. Será discutido, também, desafios que já foram elencados em outros referenciais acerca da experiência em curso e que compreendemos ser enfrentados.

## 2. EM NOVA ITABERABA-SC, RESISTE UMA ESCOLA NO CAMPO

No oeste de Santa Catarina, o território onde hoje se situa a cidade de Nova Itaberaba, passou a ser colonizado na década de 1930 por italianos vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Caboclos e indígenas já viviam e transitavam nestes territórios. Os que chegaram nesse local instalaram-se na pequena Vila São João. Esse processo de colonização ocorreu em terras que oficialmente pertenciam ao Estado, ou seja, não houve intervenção de companhias colonizadoras.

Segundo Dmitruk e Jagusenski (2001), foi em 1956, mais precisamente no dia 10 de agosto, às margens do rio Pinheiro, que se aprova a criação de Itaberaba como um distrito da cidade de Chapecó: “conforme resolução n.3/56 da Câmara Municipal de Chapecó”, publicada no jornal A Voz de Chapecó (DMITRUK; JAGUSENSKI, 2001, p. 21). Ainda, segundo os autores, o nome Itaberaba “na língua Guarani significa Ita: pedra; beraba: brilhante, isto é pedra brilhante fazendo referência ao quartzo ametista que abundava no local” (p. 21-22). Cabe salientar que o município incluiu o nome “Nova”, porque já havia uma cidade chamada Itaberaba no estado da Bahia.

Figura 01 – Localização do município de Nova Itaberaba em Santa Catarina (Brasil)



Fonte: Wikipédia <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Nova\\_Itaberaba](https://pt.wikipedia.org/wiki/Nova_Itaberaba)>.

Boa parte da população de Nova Itaberaba é descendente de imigrantes italianos, vindos do estado do Rio Grande do Sul. Quanto às questões econômicas do município, há muitos anos “a mão-de-obra é eminentemente agrícola e familiar. A mão-de-obra urbana ocupa-se em indústrias de pequeno porte, no comércio local e na prestação de serviços” (DMITRUK; JAGUSENSKI, 2001, p. 19-20). Atualmente, segundo dados do IBGE, a população estimada da cidade é de 4.329 habitantes. Quanto à cultura, de acordo com

informações do site da Federação Catarinense dos Municípios, é comum na cidade festas comunitárias, torneios e campeonatos, com destaque à comemoração da semana do município, que acontece todo mês de setembro, para festa do Colono e Motorista, que também ocorre anualmente em julho.

No âmbito da educação, dispõe de unidades escolares para suporte no ensino infantil, fundamental e médio. Não há universidades no município, sendo as mais próximas localizadas na cidade de Chapecó e Pinhalzinho. Dessa forma, possui atualmente cinco escolas municipais, sendo quatro localizadas no perímetro urbano: Creche Municipal Infância Brilhante, Escola de Educação Básica Dr. Serafin Enoss Bertaso, Escola Municipal Sonho Infantil, Núcleo de Ensino Fundamental Nova Itaberaba e, apenas, uma no perímetro rural, a Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista (levando o nome da comunidade à qual pertence). Esta última é território dessa pesquisa.

No início, segundo Dmitruk e Jagusenski (2001, p. 151), “a população rural descendente de italianos atribuía um valor secundário à escola, pois esta não garantia recursos financeiros imediatos”. Acreditavam que a função da escola era apenas ensinar a ler e escrever o básico, como o próprio nome, assim como contar os números. O trabalho era considerado muito mais importante do que a educação. Conforme apontam Dmitruk e Jagusenski (2001, p. 152):

[...] em Itaberaba, mesmo com dificuldades, as crianças frequentavam durante um certo tempo a escola. Depois, se aprendiam ou não, tinham que abandonar os estudos para ajudar seus pais na lavoura, “um braço a mais na enxada”, certamente garantiria melhor sustento da família. Isto não significa que logo após a criação da “Sede Nova” não houvesse esforços no sentido de “fazer escolinhas”.

Conforme estudos de Gilioli e Simões (2019), pode-se dizer que no Brasil, até o final dos anos de 1980, em muitas localidades, o ensino das crianças do campo se concentrava nas próprias comunidades, mas devido à realocação dos alunos para os centros urbanos, cujos currículos prezam por práticas de homogeneização dos saberes a serem ensinados, foi-se percebendo uma desvalorização dos conhecimentos familiares e do espaço rural.

No Brasil, durante muito tempo, os jovens rurais foram estimulados a seguir uma carreira na cidade. Isso fez com que a população rural, de certo modo, envelhecesse, já que os filhos não davam sequência no trabalho dos pais. O êxodo rural acontecia não só pelo avanço da produção mecanizada ou pela integração forçada das famílias à lógica do agronegócio e seus protocolos rígidos, mas também porque se sustentava a ideia de que na cidade havia mais oportunidades. Segundo Puntel, Paiva e Ramos (2011, p. 2),

[...] cada vez mais ganham repercussão questões sobre o êxodo e o envelhecimento da população rural. Além do aumento da expectativa de vida nas últimas décadas, outro fator que contribui para o envelhecimento da população do campo é o êxodo dos jovens rurais para o meio urbano.

Nesse sentido, pode-se dizer que as escolas rurais possuem um papel muito importante para contribuir com a permanência dos sujeitos no campo, pois estimulam vivências educativas e contribuem para o desenvolvimento de novas práticas. Contudo, o número de estabelecimentos escolares na zona rural dos municípios vem sofrendo uma considerável diminuição, pois a ameaça de fechamento é uma sombra que perpassa o tempo.

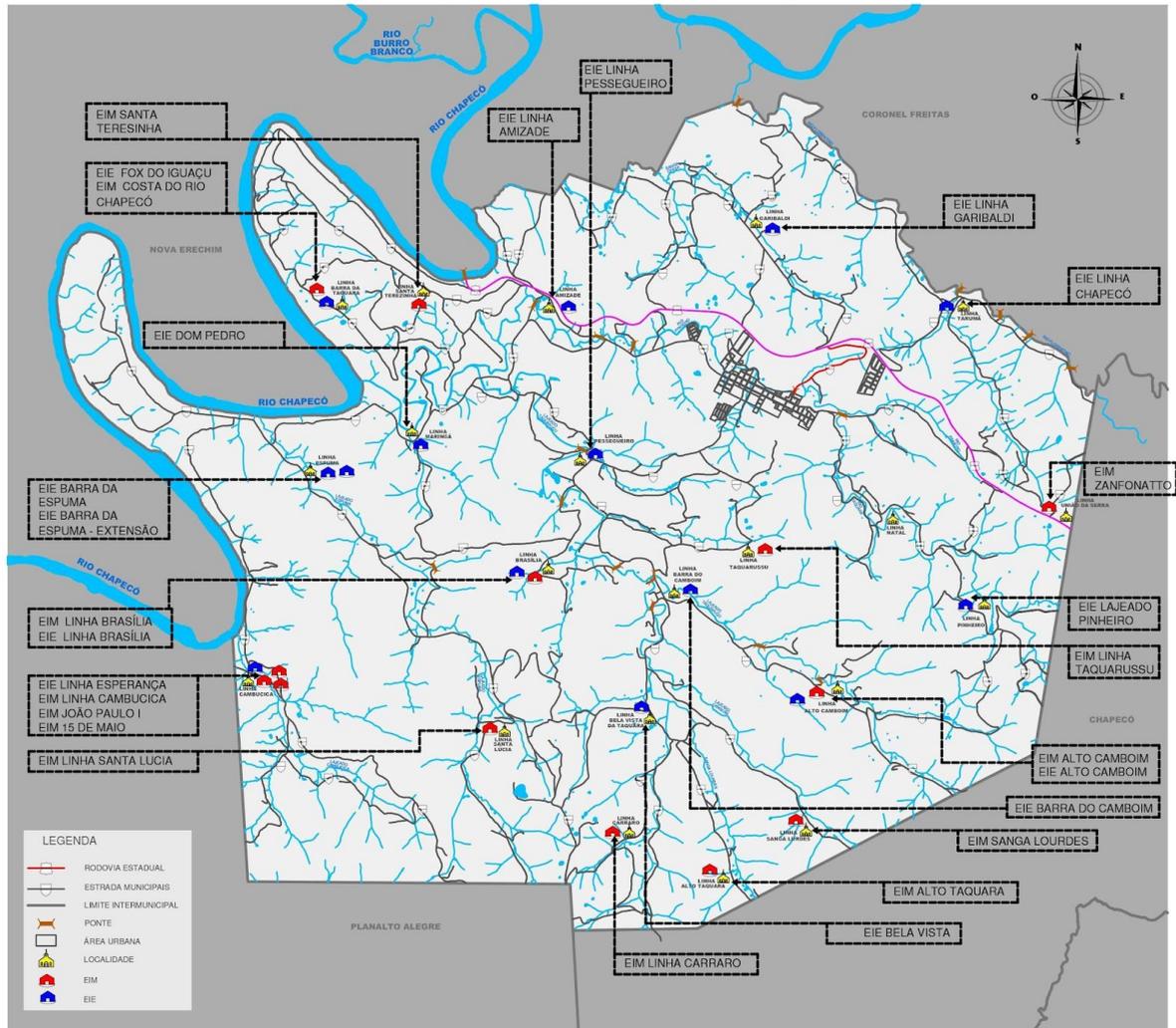
No estado de Santa Catarina, conforme Gilioli e Simões (2019) afirmam, os dados do Censo Escolar entre os anos de 2010 a 2016 apontam que ocorreu uma redução significativa de aproximadamente 27,8% de escolas públicas municipais no espaço rural catarinense. O mesmo percentual também transparece na região geográfica imediata de Chapecó-SC. No ano de 2010, Nova Itaberaba tinha duas escolas no espaço rural, atualmente tem somente uma, a escola base desta pesquisa.

Segundo PPP do Município de Nova Itaberaba (2008), foi por volta da década de 20 que surgiram as primeiras comunidades, e, conseqüentemente, as escolas. O professor responsável atendia todas as áreas do conhecimento em uma única sala de aula, além de se preocupar com merenda, limpeza e demais atividades da escola. Ao longo do tempo, surgiram 28 escolas multisseriadas (várias séries em uma mesma turma) de Ensino Fundamental, para crianças de 1ª a 4ª série, sendo que quatorze eram municipais.

De acordo com Fagundes e Martini (2003), a escola multisseriada foi a grande formadora da educação da população rural, com atuação quase que exclusiva nesse espaço. Durante muito tempo, era legalizada a prática, por exemplo, de castigos aos alunos que tinham alguma atitude contrária à orientação do professor, e esses deveriam ensinar todo mundo que quisesse, sem distinção de idade, classe ou etnia. Conforme Fagundes e Martini (2003, p. 100) “com a nova política essas escolas foram desativadas e reunidas, num mesmo espaço, sob forma de núcleo, onde cada série passa a ser atendida por um professor, dando origem às escolas nucleadas”.

Isso aconteceu, portanto, na cidade de Nova Itaberaba, a partir do final dos anos de 1990, quando vinte e oito escolas existentes até então (quatorze municipais e quatorze estaduais, para crianças de 1ª a 4ª série) começaram a ser nuclearizadas, transformando-se, por fim, em três grandes escolas-pólo, como procurou-se representar nas projeções abaixo. As quatorze Escolas Isoladas Municipais (EIM) estão presentes no mapa na cor verde e as quatorze Escolas Isoladas Estaduais (EIE), na cor azul.

Figura 02 – Localização das escolas multisseriadas antes do processo de nuclearização, município de Nova Itaberaba-SC.



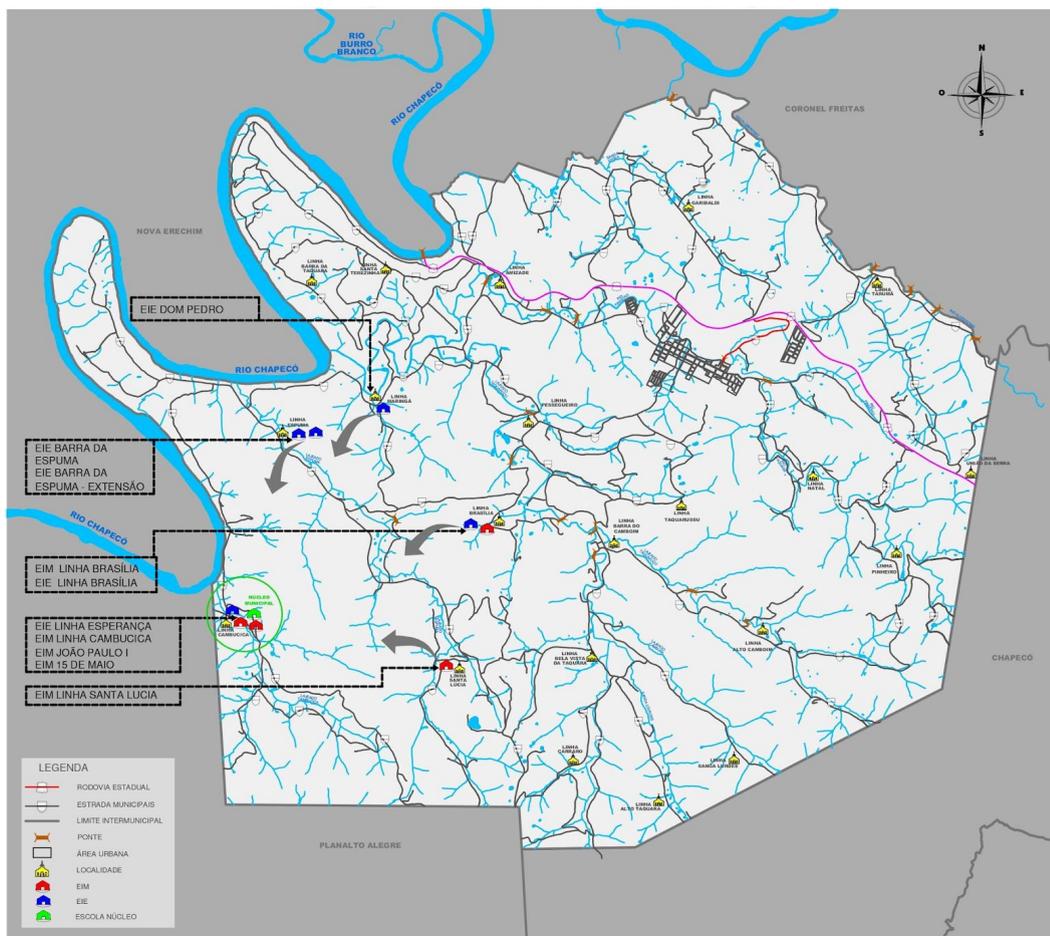
Fonte: Organizado pela autora (2020), com base no Projeto Político Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Nova Itaberaba, 2008.

Além das escolas localizadas no mapa acima, haviam seis turmas de Educação Infantil: Cantinho da Amizade da Linha Amizade; Amor de Criança da Linha Garibaldi; Meu Segundo Lar da Linha Cambucica; Foz do Iguaçu da Linha Barra do Taquara; Sonho Infantil da Rua Sete de Setembro – Centro e a Sementinha da Linha Santa Terezinha (PPP do Município de Nova Itaberaba, 2008). Vale ressaltar ainda que, além das escolas inseridas no mapa, existiam a EIM São João e a EIM Linha produção. As comunidades na qual elas pertenciam não estão mais presentes no mapa atual do município, portanto, não havia como localizá-las na figura acima.

Através do decreto nº 2344 de 21/10/1997, publicado no Diário Oficial Nº 1578 de 21/10/1997, o estado transfere escolas para a gestão da rede municipal de ensino. Em 1997, com o início do processo de nuclearização, as escolas foram reunidas de acordo com sua proximidade. Com a junção, as escolas passaram a ser coordenadas por uma única diretora da APP (Associação de Pais e Professores) formada por membros das diversas comunidades e uma coordenadora escolar responsável pela organização. Em 1997, todas as escolas passaram a ser de responsabilidade do município, e, com isso, ocorreu o processo de nuclearização, a partir de novas unidades escolares que foram criadas e absorveram alunos de outras unidades próximas. A primeira nuclearização ocorreu com a inauguração das novas instalações da Unidade Escolar em 21 de abril de 2000 (PPP do Município de Nova Itaberaba, 2008).

A Escola Municipal João Paulo I, da comunidade de Linha Cambucica, foi criada pelo decreto nº 038/99 de 19 de abril de 1999 e absorveu as escolas descritas e localizadas na figura 03. As flechas em cinza indicam esse deslocamento.

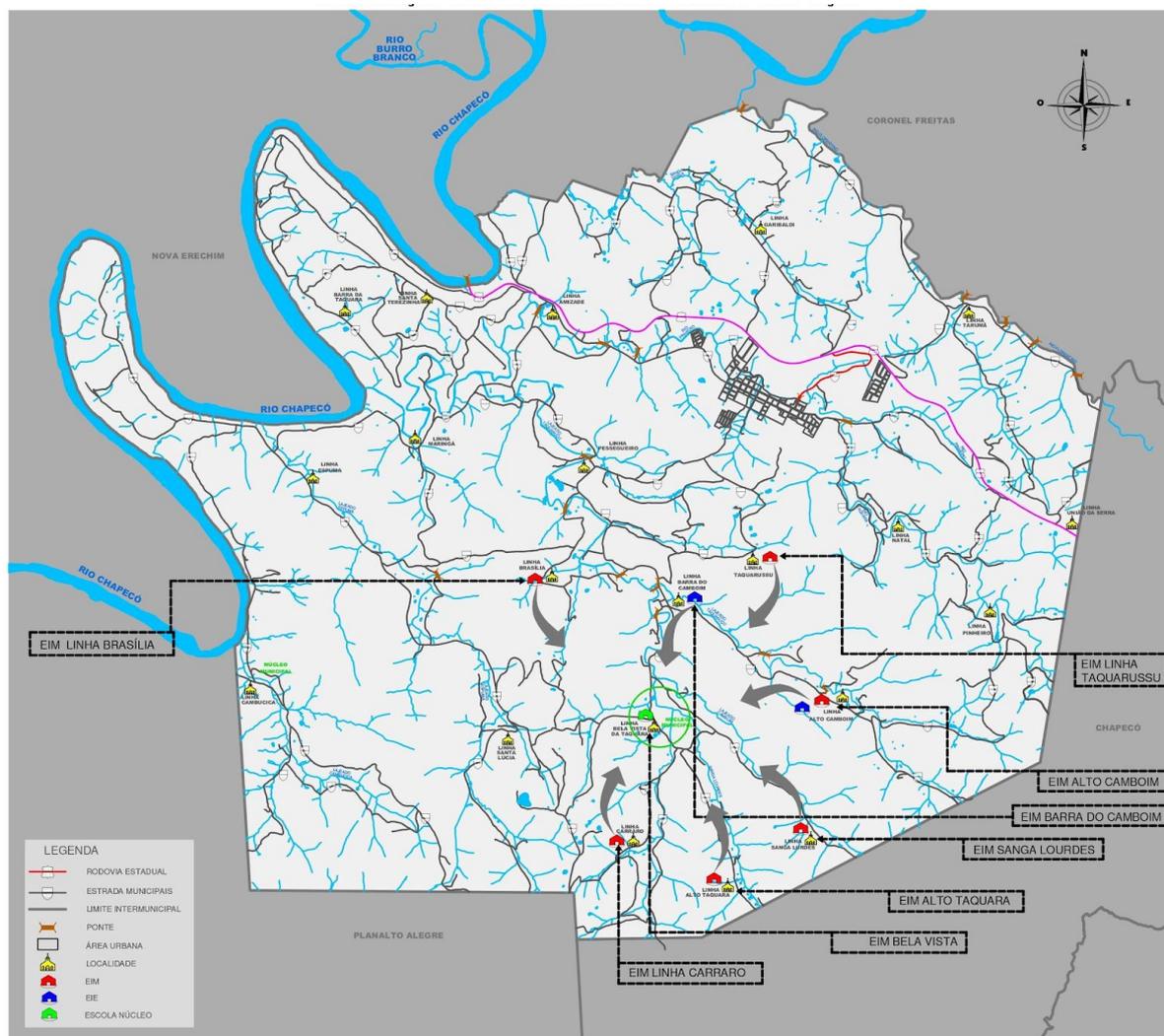
Figura 03 – Escolas absorvidas pela Escola Municipal João Paulo I, de Linha Cambucica



Fonte: Organizado pela autora (2020), com base no Projeto Político Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Nova Itaberaba, 2008.

A segunda escola-polo criada foi a Escola Municipal Bela Vista, com base no decreto nº 038/99 de 19 de abril de 1999. Essa, por sua vez, absorveu as escolas descritas no mapa abaixo (figura 04):

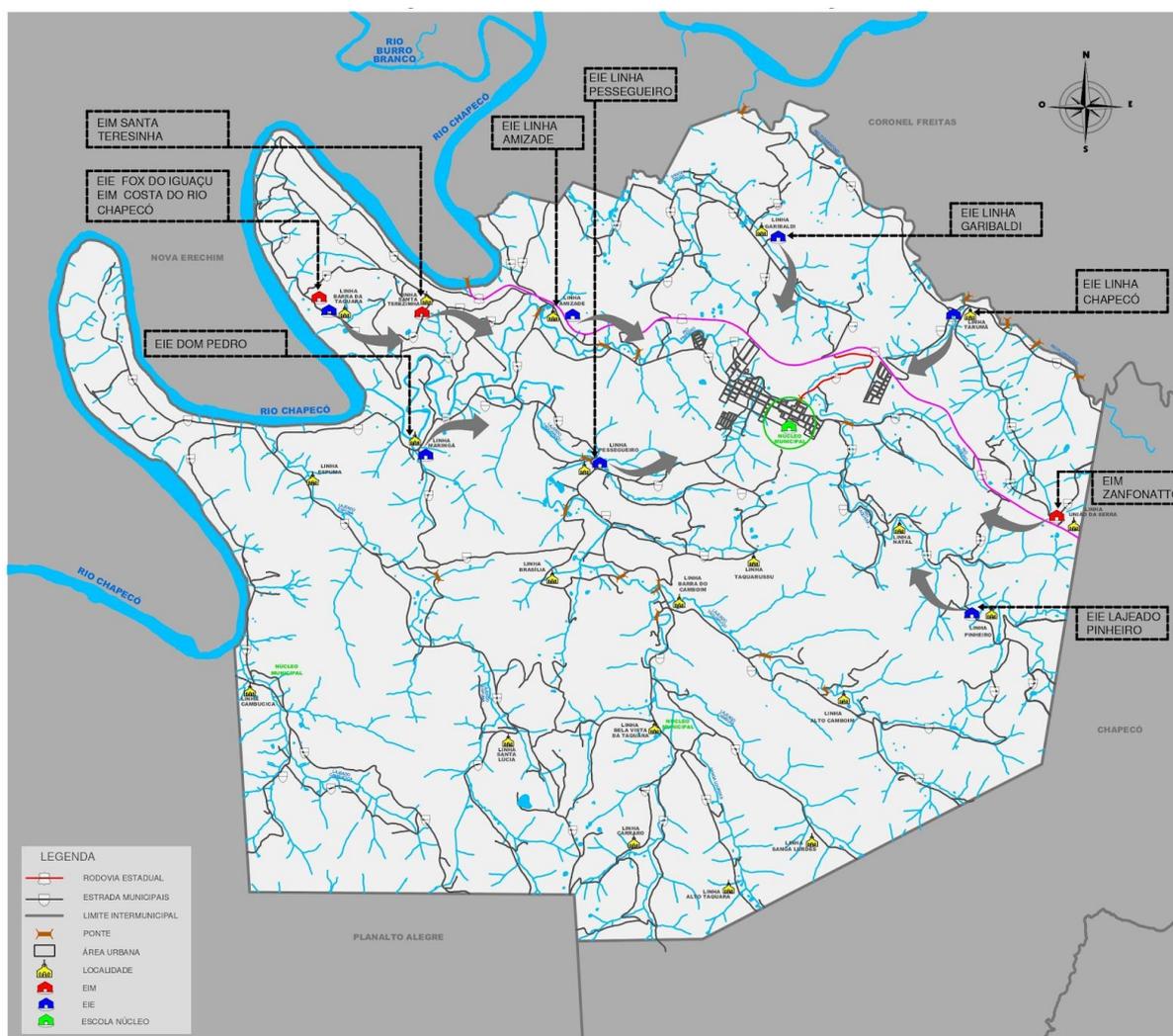
Figura 04 – Escolas absorvidas pela Escola Municipal Bela Vista



Fonte: Organizado pela autora (2020), com base no Projeto Político Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Nova Itaberaba, 2008.

Por fim, a terceira escola-polo criada foi a Escola de Ensino Fundamental Nova Itaberaba, através da lei nº 521/2002 de 19 de dezembro de 2002 e absorveu as escolas localizadas no mapa abaixo:

Figura 05 – Escolas absorvidas pela Escola de Ensino Fundamental Nova Itaberaba



Fonte: Organizado pela autora (2020), com base no Projeto Político Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Nova Itaberaba, 2008.

A Escola Municipal Sonho Infantil, criada pelo decreto nº 034/ 2001, de seis de fevereiro de 2001 absorveu os alunos das comunidades: União da Serra; Santa Terezinha; Barra do Taquara; Linha Amizade; Linha Pessegueiro; Linha Maringá; Linha Pinheiro; Linha Garibaldi; Linha Produção e Linha Tarumã. Hoje, a rede municipal de ensino de Nova Itaberaba é formada por quatro escolas de Ensino Fundamental anos iniciais e uma creche municipal. No município, ainda, há uma Escola Estadual oferecendo Ensino Fundamental anos finais e Ensino Médio.

O processo de nuclearização também foi um fenômeno estudado por Schmitz e Matte (2018), na cidade de Guatambu-SC, onde aconteceu um processo semelhante. Muitas escolas do meio rural foram fechadas, resultando na criação de escolas-polos. Algumas ainda estão

localizadas no campo, mas a grande maioria fica no perímetro urbano, principalmente as que ofertam ensino médio. Segundo as autoras (2018, p. 17) “para que os educandos se desloquem de suas comunidades para a escola-pólo, utiliza-se o transporte escolar. Tal realidade é vivenciada, por exemplo, por alunos da Escola Municipal da Linha Killian, localizada no interior de Guatambu-SC”. Elas citam essa escola como um exemplo de escola rural que conseguiu resistir e, hoje, atende crianças do pré-escolar até o 5º ano vindos da comunidade a qual pertence e de outras próximas. Conforme Schmitz e Matte (2018, p. 17) a referida “instituição realiza um trabalho muito positivo, fazendo uso da realidade dos educandos no processo ensino-aprendizagem, além de respeitar e fomentar a importância da permanência do sujeito no campo”.

As autoras conseguiram trazer em sua pesquisa um histórico sobre a nuclearização na cidade. Segundo elas, esse processo iniciou em março de 1997, impulsionado por um programa de nuclearização da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto de Santa Catarina. Nele,

(..) havia sugestões para os municípios elaborarem seus próprios projetos de nuclearização, sendo que deveriam ser realizados levantamentos de número de educandos, docentes, mobiliário e demais funcionários de cada escola isolada, para posteriormente organizar as escolas-polos. (..) foram feitos os levantamentos sugeridos pelo governo estadual, bem como os mapas localizando cada escola-núcleo/polo e as melhorias que necessitavam ser feitas em cada uma delas (SCHMITZ; MATTE, 2018, p. 23-24).

Na época, então, foram criados cinco polos na cidade, sendo que, atualmente, são quatro. As autoras salientam que, após a criação dos cinco polos, foi feita uma pesquisa orientada pelo governo estadual, chamada "Pesquisa Avaliativa Programa de Nucleação de Escolas", que contou com a participação de alunos, pais e professores. Destacou-se, como ponto positivo, a melhora da qualidade de ensino, porque o aluno passou a ter acesso a bibliotecas, laboratórios e demais materiais de cunho pedagógico. Além disso, houve formação continuada dos professores (Schmitz e Matte, 2018).

Como ponto negativo, por sua vez, a pesquisa realizada pelo governo constatou que "a nuclearização das escolas catarinenses vinha causando a desvalorização do sujeito do campo em suas várias vestes, desde costumes, hábitos até o trabalho com a agricultura" (SCHMITZ; MATTE, 2018, p. 28). Alegou-se que os alunos passavam a adquirir hábitos urbanos e acabavam deixando o campo quando jovens. Outro ponto negativo constatado foi de que muitos professores foram obrigados a mudar de residência e município, bem como a precariedade do transporte escolar no deslocamento de alunos e docentes.

Costa, Lima e Pereira (2017) também discutem a importância que é manter o ensino nas escolas do campo, pois os processos de ensinar e aprender nestas escolas podem estar mais entrelaçados com a realidade dos alunos. Com base nos estudos destes autores supramencionados, entende-se que a concepção de Educação do Campo considera as pessoas do campo, seus saberes, suas singularidades e, principalmente, defendem que a Educação do Campo consiste em um trabalho de transformação social, como será aprofundado melhor ao longo deste trabalho.

A resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, estabelece normas para a Educação Básica do Campo no Brasil. Nesse documento, salienta-se que o processo de nuclearização das escolas “considerará sempre as distâncias de deslocamento, as condições de estradas e vias, o estado de conservação dos veículos utilizados e sua idade de uso, a melhor localização e as melhores possibilidades de trabalho pedagógico com padrão de qualidade” (RESOLUÇÃO Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008, 2008, p. 4). Ou seja, está garantido na lei que as crianças do campo tenham acesso à educação, seja ela rural ou urbana, através de transporte de qualidade.

A lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, também prevê orientações sobre a aplicação da educação do campo no Brasil. O Artigo 28 diz o seguinte:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, 1996, s. p.).

Partindo desse princípio, a presente proposta de pesquisa tem como território de estudo uma escola do campo de tempo integral que desenvolve ações pedagógicas no contraturno junto aos alunos. Na continuidade deste trabalho, será visto que a proposta não trata, apenas, da ampliação do horário de efetivo trabalho escolar, mas a compreensão de atividades e oficinas pedagógicas que são ofertadas com o objetivo de ampliar repertórios formativos que também possuem ancoragem nos pressupostos da Educação do Campo.

### **3. NA LINHA BELA VISTA, EMERGE UMA ESCOLA DO CAMPO DE TEMPO INTEGRAL: CURRÍCULO E DESAFIOS EDUCACIONAIS**

A comunidade de linha Bela Vista localiza-se no interior do município de Nova Itaberaba, Santa Catarina – conforme observou-se anteriormente. De modo geral, a comunidade, assim como as demais ao seu redor, é formada por pequenos agricultores, que têm como renda a produção de gado leiteiro e de corte, avicultura (frangos e perus) ou suinocultura. A produção de grãos e frutas são destinadas ao consumo familiar. A maioria das famílias são proprietárias das terras que cultivam, e algumas, ainda, vendem madeira reflorestadas para indústrias da região (PPP Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista, 2020).

Uma característica marcante da comunidade é a religiosidade. Demonstração disso é a realização da festa comunitária, que é um evento importante para as famílias e fortalece essa tradição. Como principal atividade de lazer tem-se o esporte coletivo, como o futebol. Além disso, outra característica da comunidade é a valorização da terceira idade, refletida na associação de um grupo de idosos e sua participação em eventos comunitários (PPP Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista, 2020).

Quanto às questões geográficas da comunidade, o relevo local permite o desenvolvimento somente de pequenas propriedades, o que contribuiu para o reflorestamento, principalmente do cultivo de eucalipto, que, posteriormente, é vendido para diversos fins e gera renda. Assim, grandes áreas ficam sem habitação. Na comunidade, há a presença de afluentes do Rio Chapecó, o que contribui positivamente para a agricultura local. Os moradores são orientados a destinar corretamente o lixo produzido, através da reciclagem, que acontece por uma empresa terceirizada. Cabe salientar que todo esse cenário, de características econômicas, culturais e ambientais foram [e continuam sendo] levadas em consideração para o desenvolvimento da nova matriz curricular da escola do campo da comunidade. Essa, precisou ser reformulada para que pudesse continuar funcionando.

Em meio a um cenário em que escolas localizadas no espaço rural foram deixando de existir e dando espaço à nuclearização no espaço urbano, a escola da comunidade de linha Bela Vista conseguiu resistir e, diante desse processo investigativo, pode-se afirmar que ela vem colhendo bons frutos. O espaço precisou ser reformulado e, hoje, conta com um ensino que vai além da BNCC: assume-se como ensino de tempo integral, sendo que no tempo estendido, os alunos participam de oficinas e desenvolvem atividades que contribuem para o desenvolvimento humano e estão associadas com a realidade da comunidade.

No primeiro tópico deste capítulo, será abordado a forma como está organizado o currículo da Escola do Campo de Tempo Integral Bela Vista, conceitos sobre currículo e a preocupação em abordar assuntos do campo. No segundo, será estabelecido alguns diálogos com os conceitos de Educação Rural e Educação do Campo e suas diferenciações. Aqui, também será destacado elementos que resultaram de nosso estudo do Facebook da referida escola, mostrando atividades desenvolvidas e que possuem relação com o currículo. Na terceira e última seção, será abordado o tema "escola integral de tempo integral", ressaltando a importância do ensino no contraturno e que esse tenha associação com a realidade do aluno. Serão entrelaçadas considerações acerca do que compreende-se como desafios a serem superados para a continuidade dos trabalhos com ancoragem na Educação do Campo e em Tempo Integral.

### 3.1 O CURRÍCULO DA ESCOLA DO CAMPO EM TEMPO INTEGRAL BELA VISTA

A iniciativa de reformular a matriz curricular partiu de uma necessidade específica, evitar o fechamento da EBM Bela Vista – como já mencionado anteriormente. Contou com a colaboração de um grupo de profissionais, que optaram por ampliar os objetivos de ensino da escola para uma escola de tempo integral. Após a identificação da problemática e a elaboração de um projeto para solucioná-la, foi dado início à implantação da nova matriz curricular no início de 2019.

A nova matriz curricular da escola, além de contemplar os componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), passou a ofertar quatro vezes por semana, no contraturno, oficinas pedagógicas denominadas de Atividades Curriculares de Tempo Integral (ACTI). Ambas são perpassadas por macrocampos de conhecimentos, que são formados, por sua vez, de algumas temáticas de interesse, o que permite um trabalho interdisciplinar tanto nas aulas regulares, quanto nas atividades do contraturno.

De modo geral, com base nos estudos de Sacristán (2013) pode-se afirmar que o currículo deve se preocupar, também, com a realidade dos alunos e da escola, suas demandas formativas e o acesso aos conhecimentos, saberes e fazeres necessários para sua formação plena, humana em um mundo complexo e contraditório. Porém, o referido autor aponta que há uma tradicional concepção adotada pelas escolas sobre currículo ligada à ideia de um conjunto de conteúdos a serem ensinados.

Conforme afirma o autor, a concepção adotada pelas escolas sobre currículo está mais ligada à ideia de um conjunto de conteúdos a serem ensinados, assim como “o conceito de currículo e a utilização que fazemos dele aparecem desde os primórdios relacionados à ideia de seleção de conteúdos e de ordem na classificação dos conhecimentos que representam, que será a seleção daquilo que será coberto pela ação de ensinar” (SACRISTÁN, 2013, p. 17). Mas com base nos estudos deste mesmo autor, pode-se afirmar que o currículo escolar compreende todas as esferas do conhecimento que o aluno precisa para ter uma formação integral: científica, cidadã e profissional.

Quando se fala em Educação do Campo, então, isso é ainda mais evidente, porque é possível incluir a realidade daqueles alunos, associando o conhecimento com práticas do dia a dia rural. De acordo com Costa, Lima e Pereira (2017, s. p.), a educação do campo objetiva “interpretar a realidade para a construção de conhecimentos emancipatórios que realmente garantam a melhoria da qualidade de vida dos povos que vivem no e do campo, assim como a permanência com dignidade dos jovens”. Assim, fica enfatizado a importância de manter essas escolas, já que elas abrangem a realidade local dos alunos que ali estudam.

De acordo com o PPP da Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista (2020, s. p.) sua matriz curricular “(...) se estrutura em três partes articuladas a saber: Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Parte Diversificada e Atividade Curricular de Tempo Integral (ACTI)”. Isso significa que, para montar a estrutura curricular presente hoje na escola, usou-se a base orientada pelo Governo Federal (BNCC), atribuída à parte diversificada, que verificou necessidade de incluir o componente de Informática Básica, mais a ACTI, que são as oficinas ofertadas no contraturno, ou seja, à tarde. A partir dessa estrutura, então, a escola passa a atender:

O disposto no Art. 24, Inciso I, que consta a obrigatoriedade da oferta de 800 (oitocentas) horas para o ensino fundamental, distribuídas por 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, tendo ampliação de mais 800 (oitocentas) horas de atividades escolares, por meio das ACTI (...). A ampliação da jornada ocorrerá em 04 (quatro) dias da semana com atendimento ao estudante e meio dia específico de planejamento que envolverá a gestão e os professores (Projeto Político Pedagógico da Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista, 2020, s. p.).

Abaixo, consta a matriz curricular atual ofertada na escola, onde contempla as três partes articuladas citadas acima:

Quadro 01 – Matriz curricular Escola Bela Vista

<b>FORMA DE OFERTA</b>	<b>ÁREAS E ATIVIDADES CURRICULARES DE TEMPO INTEGRAL</b>	<b>C.H – AULA SEMANAL</b>
<b>Base Nacional Comum (BNC)</b>	Língua Portuguesa	05
	Matemática	05
	Ciências	03
	História	02
	Geografia	02
	Ensino Religioso	01
	Educação Física	03
	Arte	02
	Língua Estrangeira – Inglês	01
<b>Parte Diversificada</b>	Informática Básica	01
<b>Atividade Curricular de Tempo Integral (ACTI)</b>	Oficina de Linguagens e Alfabetização Matemática	04
	Oficina de alimentação, higiene pessoal e descanso	04
	Oficina de Formação Social, Comunidade e Desenvolvimento Humano	02
	Oficina de Esporte e Saúde	01
	Oficina de Agricultura Familiar, Ambiente e Sustentabilidade	02
	Oficina de Tecnologia e Comunicação	01
	Oficina de Cultura, Artes e Educação Patrimonial	02
<b>TOTAL</b>		41

Fonte: Adaptado do Projeto Político Pedagógico da Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista, 2020.

Considerando os objetivos do PPP, os aspectos que caracterizam e marcam o território de vida da comunidade, a sua sustentação com base nas perspectivas da Educação do Campo e da Educação em Tempo Integral, essa matriz se configura como sendo resultado de uma teia de relações em que toda ação educativa se configura como sendo oportunidade de ampliação do repertório intelectual, artístico, esportivo e de formação cidadã. A parte teórica, formada

pela BNCC e a parte diversificada, são ligadas a parte prática, as oficinas, através de macrocampos de conhecimentos. Veja na figura abaixo:

Esquema 01 – Currículo da Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista



Fonte: Adaptado do Projeto Político Pedagógico da Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista, 2020.

Para os autores Gilioli e Simões (2019), como demonstrado no esquema acima, são considerados macrocampos:

- i) Alfabetização e Letramento em Matemática e Linguagem;
- ii) Cultura, arte e educação patrimonial;
- iii) Esporte e Saúde;
- iv) Tecnologia e Comunicação;
- v) Agricultura familiar, ambiente e sustentabilidade;
- vi) Formação social, comunidade e desenvolvimento humano (GILIOLI; SIMÕES, 2019, p. 13).

Com base nas ementas de cada macrocampo do conhecimento, pode-se trabalhar com temas como a memória da comunidade, produção familiar na agricultura, cultivo de alimentos saudáveis, cultivo e uso de plantas medicinais, bem como a preocupação com reservas ambientais e o convívio cooperado na comunidade. Segundo reflexões já sistematizadas por estes autores a respeito da experiência em andamento, os macrocampos possibilitam um

ensino que também leva em consideração os interesses da própria comunidade, além de estarem vinculados às propostas de ensino da BNCC.

Cabe destacar que, com esta iniciativa, o poder municipal contribuiu para o cumprimento da meta 6 do Plano Nacional da Educação, que prevê ensino integral em 50% das escolas públicas e atender pelo menos 25% dos alunos da educação básica<sup>2</sup>. Para que a escola em questão continuasse ofertando escolarização no campo, muitos desafios foram enfrentados e envolveu a participação de muitas entidades externas, assim como a própria comunidade.

O objetivo era manter a escola no campo, no ensino fundamental (1º a 5º ano) com uma “escolarização ancorada nos pressupostos da educação do campo, da educação integral e de jornada ampliada (de tempo integral)” (GILIOLI; SIMÕES, 2019, p. 2). Essa iniciativa contrapõe o que acontece nos dias de hoje, onde o fechamento de escolas no campo é uma realidade constante. Foi preciso reformular a oferta do ensino, fazendo com que a ampliação da carga horária fosse, de fato, utilizada para “atividades e/ou oficinas pedagógicas com vistas à ampliação de repertórios formativos, compreendendo ações de cultura, política, economia, esporte, saúde, lazer, entre outros” (GILIOLI; SIMÕES, 2019, p. 11-12). Essa é a proposta que a escola EBM Bela Vista oferece hoje.

Na continuidade deste capítulo, será discutido os conceitos de Educação Rural e Educação do Campo, visando ampliar entendimentos e potencializar reflexões acerca da experiência vivenciada pela comunidade escolar de Nova Itaberaba. Pois, em que medida as ações realizadas na escola expressam essa mudança paradigmática assumida em seu Projeto Político Pedagógico e matriz curricular? Não tem-se a pretensão de esgotar o assunto, mas promover algumas aproximações que possam contribuir neste e outros estudos.

### 3.2 EDUCAÇÃO RURAL X EDUCAÇÃO DO CAMPO

O processo de fechamento de escolas e de nuclearização da escolarização nas sedes dos municípios, assim como o afastamento dos processos formativos dos estudantes da vida no campo, são marcas da educação rural que ainda persistem nas políticas educacionais hegemônicas em Nova Itaberaba-SC. Nesse sentido, a emergência da Escola Municipal do Campo em Tempo Integral Bela Vista pode ser vista como um acontecimento emblemático, não só porque contribuiu para que esta escola continuasse existindo no espaço rural do

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/3002/pne-meta-6>> Acesso em: 19 de jun. de 2020.

município [sendo a última escola do campo], mas também porque inaugurou uma aproximação necessária do poder público com a concepção de Educação do Campo.

Pode-se afirmar que educação rural e a educação do campo constituem paradigmas educacionais distintos. São concepções que coexistem na atualidade e disputam o campo das políticas educacionais no Brasil. O estudo realizado até o presente momento aponta que a educação rural privilegia o ensino técnico, considerando o sujeito do campo como atrasado, sem cultura, sem conhecimento, que precisa ser educado pelos saberes técnicos e científicos oriundos, sobretudo, da lógica urbanocêntrica de vida. Conforme Souza (2008), trata-se de uma perspectiva educacional que não instiga o sujeito a pensar criticamente sobre aquilo que está fazendo. Ele foi adotado devido a interesses governamentais e capitalistas.

Registros sobre a educação rural existem desde o ano de 1889. Segundo Torres e Simões (s. d., p. 3), a educação rural passou a figurar nos mecanismos de ensino a partir da Proclamação da República:

[...] época em que o governo instituiu uma Pasta da Agricultura, Comércio e Indústria para atender estudantes das áreas rurais, entretanto, a mesma foi extinta entre 1894 a 1906, instituída em 1909, como instituições de ensino para agrônomos. Considera-se que a Educação rural conceitualmente como a conhecemos, surgiu, no Brasil, por volta de 1917, quando a migração rural/urbana passou a ser vista como um problema, sendo assim, utilizada como um dos instrumentos para contê-la (TORRES; SIMÕES, s. d., p. 3).

A Educação rural foi abordada e entendida como uma solução para conter a migração do campo para a cidade, fortemente presente na época, e como uma via para elevar a produtividade no campo. Na constituição de 1934, por sua vez, abordou-se apenas a educação profissional voltada ao contexto industrial, e não os saberes do campo. Inclusive, a educação do campo tardou a ser contemplada na Constituição brasileira, como mostra o quadro 02, baseado em SANTOS et al., (2010):

Quadro 02 – A educação rural nas constituições brasileiras

<b>Constituições brasileiras</b>	<b>Ressalvas sobre a educação rural</b>
1824	Primeira Constituição, que não deu a devida atenção ao ensino de modo geral, sendo que a educação não foi considerada matéria do estado. Mencionava apenas a garantia de educação primária e criação de colégios e universidades.

1891	Essa Constituição é resultado da influência direta das oligarquias latifundiárias, em especial os cafeicultores em querer legitimar o regime de poder centralizado em suas mãos (coronelismo). Mesmo o Brasil sendo considerado eminentemente agrário, a educação no campo foi tratada com descaso, não foi mencionada e considerada. A educação vigente no Brasil priorizou os interesses da metrópole, negando a nascente sociedade brasileira.
1934	No artigo 149, a educação é estabelecida como direito de todos e que o ensino primário integral seria gratuito e de frequência obrigatória. Determinava que caberia à União reservar pelo menos vinte por cento do orçamento à educação nas zonas rurais. Em síntese, a Constituição estabeleceu a educação como dever da família e da União.
1937	Surgiu após o golpe de estado de Getúlio Vargas. Preocupação com o ensino profissionalizante devido ao processo de industrialização que passou a vigorar no Brasil. Destaque para o Art. 132, que previu períodos de trabalho para juventude no campo, auxiliado e protegido pelo Estado. No entanto, desconsiderava-se o ensino nas áreas agrícolas.
1946	Institui competências para a União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. A educação volta, nesta Constituição, a configurar-se direito de todos. O Decreto-lei 9.613, de 20 de agosto, regulamenta o ensino agrícola. Tal Constituição é revogada pelo AI 4 de Castelo Branco.
1967	Promulgada em 1969 a emenda de 24-01-1967 que limitava a obrigatoriedade das empresas, inclusive as agrícolas, com o ensino primário gratuito aos filhos, entre 07 e 14 anos dos seus empregados.
1988	Aqui, entende-se a educação como dever do Estado e direito fundamental subjetivo reconhecido, independente de residirem nas áreas urbanas ou rurais, amparado na teoria de colaboração dos entes federados. Inova-se a formulação da gratuidade da educação, assegurando-a em todos os níveis da rede pública, inclusive no ensino médio. A criação do SENAR reabre a discussão da educação do campo. As Constituições estaduais e a LDB abrem brechas para o tratamento da educação rural na perspectiva do direito à igualdade e do respeito às diferenças.

Fonte: Adaptado de Santos et al. (2010), organizado pela autora, 2020.

A partir do quadro 02, então, entende-se que a educação rural tardou a ser vista como essencial pelo estado e ser entendida como um ensino que deveria ser abordado de maneira diferenciada. A formação do professor que atuava nas escolas rurais dessa época era focada em se aproximar da linguagem dos alunos, "sendo sua capacitação voltada para levar ao aluno conhecimentos pertinentes ao seu cotidiano e isso incluía noções sobre agricultura,

zootecnia/veterinária, pecuária, entre outros" (TORRES; WILLIAN, s. d., p. 5). Para os mesmos autores, o objetivo principal dessas escolas era "assemelhar ao máximo a população brasileira culturalmente e diminuir o índice de analfabetismo" (TORRES; WILLIAN, s. d., p. 5).

Sem a devida atenção por parte do estado, então, ao longo dos anos, muitas escolas rurais foram fechadas e a população, em grande parte, migrou para o perímetro urbano. A partir dos anos 80, segundo Machado, com "movimentos sociais e conflitos desencadeiam-se mudanças de nomenclatura, de perspectiva e de concepção de homem, escola, saberes, mundo, trabalho e, sobretudo, o modo de pensar a educação rural, a qual passa a ser educação do/no campo" (MACHADO, s. d., p. 4). Aqui, portanto, começa a ser discutido o conceito de educação do campo e não mais educação rural. Isso porque, quando se fala em educação rural, contempla-se apenas o ensino mais técnico e urbanocentrado [no sentido de levar o conhecimento ao campo, a modernização aos agricultores], voltadas, sobretudo, à formação profissional para se trabalhar na área rural. A educação do campo, por sua vez, vem com uma proposta mais crítica, vendo o sujeito do campo como um ser pensante, além do trabalho, e sim em todas as esferas da vida.

Ao contrário da educação rural, a educação do campo é proposta de diversos movimentos sociais ligados ao campo, por isso, quando se fala em educação do campo é inevitável não pensar em lutas sociais, trabalhadores como protagonistas e sujeitos das ações pedagógicas. Desse modo, o campo não é somente o contrário de urbano, mas um lugar de inúmeras possibilidades (MACHADO, s. d., p. 5).

Dessa forma, entende-se que a educação do campo surge em meio às lutas de movimentos sociais por terra e território no Brasil, como o MST (Movimento Sem Terra). No final da década de 1990 e início dos anos 2000, ocorreram as Conferências Nacionais por uma Educação Básica do Campo e, em 2002, foram aprovadas no âmbito do Conselho Nacional de Educação, a primeira Diretriz Operacional que se tornou a primeira importante referência legal para o desenvolvimento de políticas públicas de Educação do Campo.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2 de abril de 2002, que traz diretrizes operacionais sobre conceitos e objetivos da escola do campo,

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012, p. 33).

Assim, as escolas do campo devem cumprir o que foi estabelecido na lei 9.393, de 1996, e contemplar “a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012, p. 34). Ainda, no artigo 13, discorre-se sobre a educação do campo e o papel na formação social do aluno:

I - estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do país e do mundo; II - propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012, p. 36-37).

A partir desses acontecimentos, a educação do campo passa a ser entendida como uma perspectiva educacional que abrange desde movimentos sociais, como aquele citado anteriormente, mas também “a diversidade cultural e muitas discussões sobre a identidade do campo e de sua importância dentro do país e firma um modelo de educação básica do campo” (SOUZA, 2008, p. 818). Em âmbito legal, a escola do campo é definida pelo Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 (Política de Educação do Campo e no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA), do seguinte modo: “[...] aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo” (DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010, 2010, p. 01).

De acordo com essa definição, o que leva uma escola a ser considerada do campo, ou não, está o vínculo com seu território. Outra definição acerca dessa temática é trazida por meio das contribuições de Costa, Lima e Pereira (2017), que consideram as pessoas do campo, seus saberes, suas singularidades, sustentando a visão de que a educação do campo consiste num trabalho de transformação social, do entendimento de campo-mercadoria para campo como território de vida.

Para Machado (s. d., p. 6), a educação do campo surge como crítica "a uma forma de ensino dos saberes que não leva em consideração as especificidades desses sujeitos, a sua historicidade. Portanto, os sujeitos do campo participam de lutas sociais, sonham, possuem nomes e rostos, lembranças, gêneros, etnias". A autora afirma que cada sujeito é individual, por isso a importância de compreender a educação do campo como essencial, porque coletivamente se propõe a formar seres pensantes.

A perspectiva da educação do campo leva-nos a pensar em um novo sentido de escola, não somente por exigências de atendimento aos educandos, mas pela reflexão da sua função social, seu caráter formativo, a formação de professores, o processo de ensino aprendizagem a ser efetivado e a elaboração de uma proposta pedagógica que esteja de acordo com a história de luta das trabalhadoras e dos trabalhadores do campo (MACHADO, s. d., p. 06).

Para Santos et al., a Educação do Campo, embora diferente e específica, não é adversária das escolas da cidade. "É uma particularidade dentro do universal, pois (...) o saber é construído de forma contextualizada, ou seja, considera os espaços e a realidade que cercam o educando, sua vida, seu trabalho, sua vivência social, suas manifestações culturais" (SANTOS et al., 2010, p. 93). Uma escola do campo, significa, portanto, abordar a realidade na qual ela está inserida: associar ao trabalho, cultura, coletividade e reconhecer o campo não somente como um lugar para se reproduzir e sim para produzir conhecimentos. Para o autor, a educação do campo promove aos sujeitos que residem ali a possibilidade de construírem a própria educação.

Dessa forma, com base na literatura estudada, pode-se afirmar que a organização escolar ancorada na perspectiva da educação do campo procura articular os saberes, as particularidades, a cultura, a dinâmica da comunidade com os conhecimentos científicos necessários para o desenvolvimento integral do sujeito. Essa visão está em acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (2010), em seu artigo 35, Seção IV<sup>3</sup>, que abordam a temática da educação do campo como sendo aquela que ultrapassa as barreiras do âmbito escolar, ela vai além, estando diretamente ligada ao âmbito social, pois implica na preocupação com os processos formativos do educando com vistas a direcionar a prática pedagógica, os modos de ensinar e aprender, para uma perspectiva de campo como território de vida. Esta também se preocupa e está diretamente ligada à cultura do ambiente do campo, bem como a cultura está presente tanto no âmbito educacional como no âmbito social. Ou seja, a cultura influencia nos modos de agir do trabalho e na área da educação, nas práticas pedagógicas.

Voltando ao PPP - Projeto Político Pedagógico da EBM Bela Vista, é válido ressaltar que o principal objetivo da escola é oferecer ao aluno um ensino integral que tenha relação com a vida no campo [sua complexidade e contradições], e, ao mesmo tempo, ao desenvolvimento humano. Visa-se "contribuir na formação de um cidadão autônomo, reflexivo, crítico, inclusivo, criativo, com vistas à construção de uma sociedade mais

---

<sup>3</sup> Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf)> Acesso em: 07 de ago. de 2020.

igualitária, economicamente justa e ambientalmente sustentável" (PPP Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista, 2020, s. p.).

Além dessa observação, é possível perceber, ao longo do PPP da EBM Bela Vista, a preocupação em traçar outros objetivos. Dentre esses: i) oferecer aos alunos estrutura física que possibilite o desenvolvimento da escola do campo em tempo integral; ii) garantir a continuidade da escola no lugar onde a comunidade vive, buscando oportunizar processos formativos de qualidade e emancipatórios; iii) propor aprendizagens significativas, por meio da integração escola-comunidade; iv) desenvolver a educação integral a partir de experiências em tempo integral garantindo os direitos de aprendizagem do estudante; v) garantir espaços de formação e capacitação continuada para toda comunidade escolar; vi) desenvolver gestão democrática, buscando garantir o diálogo com a comunidade escolar; vii) considerar, nos processos de ensinar e aprender na escola, a especificidades da cultura do campo em que a escola se localiza, buscando valorizar os marcos identitários e suas diversidades (PPP Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista, 2020, s. p.).

Ainda, a EBM Bela Vista, baseada nos pensamentos de Caldart (2005), afirma estar compromissada com a construção de uma perspectiva formativa que considere:

- i) a escola, enquanto espaço de socialização, que precisa contribuir na constituição de um sujeito consciente de transformações, que tenham como premissa a cooperação, a busca da justiça e da igualdade;
- ii) a construção, desde a infância, de uma visão de mundo crítica e histórica, que amplie a capacidade dos alunos e alunas “a tomar posição diante das questões do seu tempo”, “a respeitar e ao mesmo tempo reconstruir modos de vida” e a “pensar por conta própria”;
- iii) o cultivo de identidades: a) elevando a autoestima dos estudantes com vistas a superar traços de “baixa autoestima acentuado, fruto de processos de dominação e alienação cultural”; b) trabalhando com a memória e a resistência cultural das famílias e da comunidade, objetivando ajudar a superar a vergonha ‘de ser da roça’ e aprender a “valorizar a história dos seus antepassados”; c) potencializando a ação social, ajudando a projetar, no movimento de ensinar e aprender na escola, grandes utopias coletivas que podem melhorar as condições de vida da sociedade;
- iv) a socialização e produção de diferentes saberes e conhecimentos, buscando promover o encontro e o confronto político-pedagógico de conhecimentos cotidianos e científicos que elevem a capacidade de compreensão e ação no mundo, assim, também, ampliem o repertório cultural, artístico e esportivo dos estudantes; (PPP Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista, 2020, s. p.).

Partindo desses princípios, a escola, que localiza-se no interior de Nova Itaberaba-SC, possui a seguinte estrutura: seis salas de aula, uma sala de informática, uma biblioteca, uma sala para os professores, uma sala de direção, uma cozinha, dois banheiros infantis; quatro banheiros femininos, três masculinos, um chuveiro e um banheiro adaptado, uma área coberta que serve como refeitório. Na parte externa da escola, tem-se uma área verde com parque e um campo de futebol, uma horta escolar, um pomar, uma casa dos animais, uma casa de

bonecas/areia, um almoxarifado, uma área verde de reflorestamento com árvores nativas e jardim com flores e plantas medicinais. Além disso, possui um ginásio de Esportes e transporte escolar próprio (PPP Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista, 2020, s. p.). Considerando os dados do início de 2020, a escola atende cento e cinco (105) crianças, de 04 a 12 anos, distribuídas em seis turmas, de pré-escola ao 5º ano, no turno integral. Afirma que esse número é variável, devido à rotatividade de famílias que se mudam durante o ano letivo.

Assim, entende-se que a escola possui um PPP que deixa claro seus objetivos, buscando proporcionar aos alunos práticas pedagógicas que possuam relação com o campo. A partir disso, então, é que questiona-se acerca da materialidade destes objetivos na organização do trabalho pedagógico. Nesse sentido, dialoga-se com a direção da escola que, diante desta conjuntura de pandemia, indicou navegar na página do Facebook da escola.

Com base no estudo do perfil no Facebook da Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista, então, observou-se ações que dão indicativos de como a instituição vem abordando as práticas pedagógicas do campo e se essas possuem relação com o currículo que a escola propõe. Vale destacar que, a partir de abril de 2020, devido a pandemia do vírus Covid-19, os alunos não compareceram mais na escola e as atividades continuaram de forma remota. Por isso, priorizamos publicações antes desse período, porque houveram atividades que envolviam os alunos e não somente professores.

Na legenda da publicação que corresponde a figura 06 (que contém 63 fotografias), postada no dia 03 de março de 2020, evidenciamos que é ensinado aos alunos o cuidado aos animais e que isso envolve o plantio de cereais, como o milho. Para essa atividade, contaram com ajuda de familiares dos alunos, porque foi preciso arar a terra e conseguir adubos e sementes.

Pode-se ver o incentivo da escola em considerar nos processos de ensino e aprendizagem práticas comuns de trabalho no campo carregado de saberes tradicionais da comunidade, que é o plantio dos grãos, desde o preparo da terra, até a colocação das sementes. Esses grãos, além de alimentar os animais da propriedade, geram renda. Vale destacar que essa atividade, de acordo com a legenda da publicação, foi realizada pelas turmas de pré I e pré II. Quando se retoma a matriz curricular da escola presente no Projeto Político Pedagógico de 2020, torna-se possível perceber que essa atividade tem relação com a oficina de "Agricultura Familiar, Ambiente e Sustentabilidade", portanto, seguindo com o que foi proposto. Por outro lado, não foi possível captar se junto a estas ações, considerou-se discussões sobre as concepções de trabalho e a problemática do trabalho infantil no campo.

Figura 06 - Alunos plantam sementes no território da escola



Fonte: Print Screen da página no Facebook da Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista <<https://www.facebook.com/escolabelavistani/>>.

Aqui, salienta-se a importância de se inserir o tema do trabalho na formação das crianças, incluindo os direitos da criança frente ao trabalho infantil, visando não incorrer no risco de naturalizar compreensões que desconsideram o direito à infância no campo. Infelizmente, devido às limitações da pesquisa, não conseguiu-se dialogar com as professoras para poder apreender outros elementos que pudessem sinalizar se a temática do trabalho foi abordada pelos estudantes.

Já na figura 07, que se refere a uma publicação do dia 22 de fevereiro de 2020, observa-se a realização do que a escola chamou de “festa de alegria”. Essa publicação contém 18 fotografias e mais 24 postadas separadamente em outro momento. A temática dessa festa foi o carnaval e as crianças foram estimuladas a realizar brincadeiras, danças e fazer uso de fantasias divertidas, com associação a alguns personagens fictícios. Essa atividade, portanto, tem associação com o estímulo cultural que a escola propõe no currículo, e incentiva a criança a entender o carnaval como uma festa cultural, onde o objetivo é a diversão, uma prática de uma festa histórica. Essa ação foi feita ao ar livre, no campo da escola e teve orientação dos professores, e possui relação com as oficinas de "Cultura, Artes e Educação Patrimonial".

Figura 07 - Alunos na "festa da alegria"



Fonte: Print Screen da página no Facebook da Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista  
<<https://www.facebook.com/escolabelavistani/>>.

A figura 08 (a seguir) corresponde a uma publicação do dia 2 de dezembro de 2019 (com total de 47 fotos) e refere-se ao 1º acampamento cultural da escola, que envolveu alunos, familiares, a comunidade de Linha Bela Vista e parceiros que não foram divulgados na publicação. Os alunos participaram ativamente na montagem de barracas e nas atrações que aconteceram ali: dança, fogueira, contação de histórias e música.

Figura 08 - Acampamento cultural



Fonte: Print Screen da página no Facebook da Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista  
<<https://www.facebook.com/escolabelavistani/>>.

Essa atividade envolveu a família dos alunos e toda a comunidade em que está inserida a escola, a Linha Bela Vista. Segundo os comentários apreendidos, pode-se dizer que

a escola estimulou práticas culturais, o convívio familiar e o espírito de cooperação entre os colegas, porque foi preciso montar barracas e organizar o local, bem como as atividades que foram desenvolvidas durante o evento. Foi uma ação feita fora do horário de aula, mas que possui relação com as oficinas de "Formação Social, Comunidade e Desenvolvimento Humano", presente na matriz curricular da escola.

Em outra publicação da página, figura 09, realizada no dia 27 de novembro de 2019, observa-se a preocupação no ensino de políticas públicas. Na legenda da foto, comentou-se sobre a presença do advogado da câmara de vereadores da cidade de Nova Itaberaba, que explicou aos alunos sobre o tema elaboração de leis.

Figura 09 - Aula de políticas públicas



Fonte: Print Screen da página no Facebook da Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista <<https://www.facebook.com/escolabelavistani/>>.

A ideia, segundo foi possível apreender dos comentários, era estimular os alunos a desenvolver o pensamento crítico. Isso vem ao encontro da ideia de que o sujeito do campo é um ser crítico e possui conhecimento, superando proposições educativas que consideram o sujeito do campo como atrasado. Além disso, ter um pensamento crítico é importante para a convivência em sociedade, seja ela no campo ou na cidade. Assim, essa atividade possui relação com o tema presente na matriz curricular da escola "Formação Social, Comunidade e Desenvolvimento Humano".

A foto a seguir (figura 10), faz parte de uma publicação do dia 7 de novembro de 2019 e é apresentada uma oficina sobre robótica. Eles desenvolveram, de acordo com a legenda da foto, esteiras com Lego EV3 e se envolveram desde a programação até aplicação das esteiras. A atividade mostrada na figura vem ao encontro da matriz curricular da escola, que propõe aulas de "Tecnologia e Comunicação" no contraturno. Essa oficina estimula os alunos a se

envolverem com tecnologia e entenderem como ela pode ser aplicada positivamente na vida e no trabalho do campo.

Figura 10 - Aula de robótica



Fonte: Print Screen da página no Facebook da Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista <<https://www.facebook.com/escolabelavistani/>>.

As fotos dispostas a seguir (figura 11) referem-se a uma publicação realizada no dia 1º de novembro de 2019, que possui 13 fotos no total. Nelas, mostra-se o desenvolvimento de uma oficina de fabricação de produtos de limpeza: sabão, detergente e água sanitária. Os professores envolveram os alunos nessas atividades com base em saberes comunitários e artesanais também vivenciados no seio das famílias dos estudantes. Pode-se compreender que essa atividade tem associação com a proposta de oficinas de "Agricultura Familiar, Ambiente e Sustentabilidade", presente na matriz curricular da escola do ano de 2020. Objetiva-se estimular os alunos a desenvolver práticas sustentáveis, onde, pode-se reaproveitar materiais e poluir menos o ambiente, além da possibilidade de gerar renda.

Figura 11 - Oficina de fabricação de produtos de limpeza



Fonte: Print Screen da página no Facebook da Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista <<https://www.facebook.com/escolabelavistani/>>.

Já na figura 12, referente a uma postagem do dia 14 de agosto de 2019, com 19 fotos, é apresentado o contato das crianças com animais. Esse espaço de criação de animais faz parte do território da escola. Na legenda da publicação é comentado que a atividade faz parte do ensino das classes de animais, no caso, dos mamíferos. Nas fotos abaixo, mostram-se as crianças alimentando terneiros, porém, em outras fotografias, é registrado a interação com outros animais, como suínos e ovelhas.

Figura 12 - Alunos cuidam de animais



Fonte: Print Screen da página no Facebook da Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista <<https://www.facebook.com/escolabelavistani/>>.

É possível perceber na reação das crianças, o interesse em desenvolver essa atividade, assim como sinais de alegria em ter o contato com os animais. Olhando para a matriz curricular da escola, essa atividade tem relação com a oficina de “Agricultura Familiar, Ambiente e Sustentabilidade”.

Por fim, na figura a seguir (13), que faz referência a uma publicação do dia 4 de junho de 2019, com 9 fotos, foi apresentada a primeira colheita na horta escolar, por alunos do 4º e 5º ano. Essa atividade é interessante, porque mostra aos alunos uma atividade comum do campo, associada ao autoconsumo e sustentabilidade. Os alimentos são produzidos sem uso de agrotóxicos e são consumidos pelos estudantes como parte da merenda escolar.

Figura 13 - Cultivo da horta escolar



Fonte: Print Screen da página no Facebook da Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista <<https://www.facebook.com/escolabelavistani/>>.

Trata-se de uma atividade associada à agricultura familiar e percebe-se nas fotografias, o interesse dos alunos. Ter uma horta em casa possibilita o consumo de alimentos saudáveis, com menos ou sem agrotóxicos, e, aliado a isso, a economia. Resgatando a matriz curricular da escola, essa ação também está relacionada com a oficina de “Agricultura Familiar, Ambiente e Sustentabilidade”. Com isso, pode-se perceber a preocupação da escola em seguir o Projeto Político Pedagógico, porque desenvolveu, ao longo de 2019 e início de 2020, atividades que possuem relação com a matriz curricular: cultura, agricultura familiar, tecnologia, políticas públicas e sustentabilidade.

A escola, além de seguir o PPP – Projeto Político Pedagógico, faz parte de um campo maior que possui seus programas e leis municipais, estaduais e nacionais, sendo que ambos devem ser seguidos pela escola do campo (Costa, Lima e Pereira, 2017). Dessa forma, englobando as comunidades escolar e local, o PPP pode ser visto como sendo um instrumento muito valioso no sentido de valorizar os saberes advindos do campo e promover a ampliação deles por meio da escolarização.

A variedade de atividades registradas na página de Facebook permite evidenciar aproximações com os pressupostos da educação do campo, o entendimento de que o campo é espaço de vida, cultura, trabalho e de conhecimentos. Esses conhecimentos podem estar articulados em diálogo com a realidade vivida pelos alunos do campo. No entanto, sinaliza-se a importância de outras/novas pesquisas que busquem dialogar com os/as professores/as e a gestão da escola, visando discutir os desafios enfrentados ou que ainda precisam ser superados para que a Escola do Campo idealizada no PPP se materialize cada vez com mais qualidade.

### 3.3 EDUCAÇÃO INTEGRAL DE TEMPO INTEGRAL

Como observado anteriormente, a escola território desta pesquisa reorganizou seu currículo, ampliando o tempo de permanência das crianças para tempo integral. Oficinas são ofertadas no contraturno com um conjunto de ações que visam a ampliação de repertórios formativos por parte das crianças. A educação integral de tempo integral pode ser definida de acordo com vários aspectos, os quais envolve o aumento da carga horária e da jornada escolar, a formação integral do sujeito, bem como sua formação como cidadão, entre outros. Com a implementação da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996<sup>4</sup>, a qual estabeleceu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a temática envolvendo escola em tempo integral e a educação integral ganhou maior ênfase.

Apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, trazer essa temática para discussão, foi somente no em meados do ano de 2007, com a criação de um programa federal intitulado “Programa Mais Educação”, com objetivo de instigar a ampliação da jornada escolar, que a educação integral se materializou com mais ênfase em práticas educativas das escolas (Colares, Jeffrey e Maciel, 2018).

Segundo estes autores, a discussão acerca da temática da educação integral no Brasil não surgiu agora. As primeiras discussões surgiram com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, o qual teve como maior destaque Anísio Teixeira. Esse fato foi considerado de muita relevância no que diz respeito à “função da escola pública para a formação integral do cidadão, em diálogo com as transformações instituídas na sociedade brasileira com o advento da República; tecida em um cenário cuja a educação abrangia apenas grupos específicos dos ciclos de poder” (COLARES, JEFFREY; MACIEL, 2018, p. 76-77).

Sobre os impactos ocasionados pela educação integral, proposta pelo “Programa Mais Educação”, alguns autores destacam que são muitos os desafios a serem enfrentados para implementação efetiva da educação de tempo integral. Conforme pode-se observar nas contribuições de Rocha e Vasconcelos (2017, p. 489), um deles está relacionado a questão da estrutura organizacional das escolas, isto é, “a falta de estrutura física, qualificação para monitores e professores, falta de esclarecimentos conceituais e pedagógicos dos sujeitos sobre a educação integral”.

Outro desafio a ser superado pela Educação do Campo é o imprevisto no modo como os princípios que fazem parte da concepção de educação integral estão sendo utilizados. A

---

<sup>4</sup> Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)> Acesso em: 07 de ago. de 2020.

situação mudaria se “sua articulação ao PPP e uma ampla redefinição curricular fosse uma condição essencial da orientação e implementação da política” (ROCHA; VASCONCELOS, 2017, p. 489). Do ponto de vista das autoras, portanto, o Programa Mais Educação e, conseqüentemente, a educação integral tem seus pontos fortes e suas fragilidades, aspectos que precisam ser melhorados.

Uma experiência com escola integral no campo aconteceu na Escola Municipal rural São Joaquim, que fica em Selvíria-MS, estudada pelos pesquisadores Souza e Almeida (2016). Os autores afirmam que a escola foi “considerada um marco em relação ao processo de ensino-aprendizagem no campo, pois atendeu às reivindicações dos camponeses na época, referentes a uma modalidade de educação que fosse ao encontro do sujeito do campo” (SOUZA; ALMEIDA, 2016, p. 80). Para os autores, a escola teve a percepção da realidade dos alunos e voltou suas práticas para que eles tivessem, além da formação científica, uma formação humana e social. Por isso, ela pode ser considerada uma referência para escolas rurais de tempo integral.

Já na experiência dos autores Rocha e Vasconcelos (2017) enfatizou-se que, “após a análise da implementação da política de educação em tempo integral nas escolas do campo, indica que a forma como a política vem sendo implementada no terreno das escolas tem se distanciado da educação integral” (ROCHA; VASCONCELOS, 2017, p. 488). Falta estrutura física, capacitações aos professores e monitores, esclarecimento sobre a educação integral e, conseqüentemente, isso implica na qualidade da educação e no melhor aproveitamento dos alunos.

Pelo estudo da página da escola no Facebook, pode-se perceber a preocupação em seguir o Projeto Político Pedagógico, porque muitas das atividades possuem relação com a matriz curricular. Buscou-se desenvolver atividades no contraturno que cativassem os alunos e, ao mesmo tempo, tivessem relação com o meio rural. A atividade de produção de produtos de limpeza, citada na seção anterior, é um exemplo que associa uma prática sustentável, porque depende de matéria prima acessível, com algo útil para consumo próprio, além de ser uma fonte para geração de renda. Outra questão relevante está no permanente contato que as crianças possuem com aspectos que marcam a vida no campo e que neste campo, enquanto território de vida, também é o território do brincar, um território em que é possível viver a infância (Figura 14).

Figura 14 - Brincadeira com água e sabão



Fonte: Print Screen da página no Facebook da Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista <<https://www.facebook.com/escolabelavistani/>>.

Na fotografia abaixo (figura 15), ficou registrada a atividade de leitura ao ar livre. A postagem aconteceu no dia 5 de março de 2020 e contou com 8 fotografias no total. A questão presente nessa atividade é de que evidencia-se o uso do ambiente do entorno da escola, pertencente à comunidade, visando incentivar e criar uma condição mais favorável que incentive a leitura.

Figura 15 - Alunos fazem leitura ao ar livre



Fonte: Print Screen da página no Facebook da Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista <<https://www.facebook.com/escolabelavistani/>>.

Na figura 16, referente a uma publicação do dia 24 de setembro de 2019, com 30 fotos, mostra-se as crianças colhendo amoras.

Figura 16 - Alunos colhem amoras



Fonte: Print Screen da página no Facebook da Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista <<https://www.facebook.com/escolabelavistani/>>.

Vale salientar aqui que é possível observar nas diversas publicações da página do Facebook da escola que sua estrutura é limitada e, às vezes, isso implica no desenvolvimento de atividades mais interativas. Além disso, a escola depende da ajuda de pais e da comunidade em geral para manter sua estrutura, como mostrado na figura 17, onde alguns pais de alunos estiveram presentes na escola para organizar o que ficou chamado de “mato pedagógico”.

Figura 17 - Pais auxiliam nas atividades da escola



Fonte: Print Screen da página no Facebook da Escola do Campo de Tempo Integral Bela Vista <<https://www.facebook.com/escolabelavistani/>>

Depois de março de 2020, período em que a escola precisou restringir suas atividades por conta da pandemia do vírus Covid-19, os registros que envolviam alunos deixaram de ser

feitos. A maioria das publicações envolve os professores e funcionários da escola. As atividades pedagógicas continuaram de forma remota, o que, provavelmente, prejudicou o desenvolvimento de atividades que se encaixam no contraturno.

Os autores Gilioli e Simões (2019) apontam algumas barreiras encontradas ao implementar o projeto de educação integral na escola EBM Bela Vista, tal como o movimento de reflexão acerca de algumas oficinas disponibilizadas no contraturno aos alunos. Segundo eles, “na visão dos gestores, os alunos ficam cansados e observa-se um distanciamento pedagógico entre os instrutores que trabalham, sobretudo, a partir de diretrizes da secretaria municipal da cultura e a perspectiva pedagógica da escola” (GILIOLI; SIMÕES, 2019, p. 17). Outros desafios surgiram na efetivação desse projeto. Um deles está ligado à rotina alimentar dos alunos e outro está associado ao planejamento escolar, causa de muitas problematizações. Porém, os autores salientam, também, pontos positivos ao realizarem a avaliação do projeto, uma vez que “a rotina de trabalho, a convivência e a organização das oficinas foram melhorando ao longo do ano letivo” (GILIOLI; SIMÕES, 2019, p. 17).

Outro ponto destacado pelos autores (2019, p. 17) e que pode ser considerado um avanço é a questão social e a relação escola-comunidade, pois, além de instigar experiências fora da sala de aula, houve “o avanço na auto-organização e autonomia dos estudantes, que se servem sozinhos, contribuem com a organização e o cuidado com os espaços pedagógicos (salas e laboratório), realizam higiene pessoal, entre outros”.

A escola do campo de tempo integral, portanto, possui pontos positivos e limites que podem ser superados. Se por um lado, oportuniza a criança o acesso a outros saberes, por outro, o excesso de horas diretas na escola pode ocasionar cansaço, por isso, é importante oferecer atividades que realmente despertem o interesse do aluno. Além disso, compreende-se que é um desafio para os professores se adaptarem a essa “nova” forma de trabalho, porque, muitas vezes, falta um processo permanente de formação continuada que contribua para potencializar conhecimentos acerca da Educação do Campo, da Educação Integral e que amplie as capacidades de desenvolvimento de ações pedagógicas para além das aulas tradicionais. Porém, pode-se dizer que a escola do campo oportuniza saberes que em outros espaços seria mais difícil e, por isso, compreende-se que é preciso continuar trabalhando para que essas escolas continuem em funcionamento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola do campo, embora tenha sofrido profundas transformações e hoje está presente em poucas comunidades do interior, pode ser vista como sendo um espaço fundamental para o desenvolvimento educacional dos sujeitos do campo. Hoje, crianças e jovens que crescem no campo, de certo modo, são motivados a migrarem para a cidade, guiados por uma ideia de que esse ambiente oportuniza melhores condições de vida, estudo e trabalho.

Partindo desse pressuposto, torna-se possível afirmar que a escola do campo possui um importante papel nesse processo, porque pode oportunizar ao estudante um percurso de escolarização em que se faz presente um entrelaçamento entre as áreas do conhecimento e os fundamentos da Educação do Campo, potencializando um trabalho pedagógico contextualizado à realidade rural. Com o processo de nuclearização que ocorreu, sobretudo a partir da década de 90, onde a maioria das escolas do campo foram extintas ou a escolarização foi sendo transferida para o perímetro urbano, o ensino também passou a ser mais urbanocêntrico. As escolas do campo que conseguiram sobreviver, por sua vez, precisaram ser reformuladas.

A Escola do Campo em Tempo Integral da Linha Bela Vista vem passando por um processo de transformação, que envolveu várias instituições, como a Universidade Federal da Fronteira Sul, a AMOSC, a prefeitura municipal de Nova Itaberaba, bem como a comunidade em que está inserida. Com uma nova matriz curricular proposta em 2019, contando com macrocampos de conhecimento, a escola consegue resistir e colher os primeiros frutos: aumentar o número de alunos matriculados e desenvolver ações que tenham o campo como território de vida. Até mesmo estudantes que residem no perímetro urbano estão se deslocando até essa escola para poder ter um ensino de tempo integral.

Para entender se a escola em questão está, de fato, conseguindo aplicar a proposta da matriz curricular de maneira efetiva, analisou-se a página de Facebook da escola EBM Bela Vista, para compreender o que já vem sendo feito até o presente momento. Dialogamos com a direção da escola visando compartilhar, discutir e averiguar informações e fotos coletadas em tal página. Foi possível observar um esforço coletivo em desenvolver atividades que correspondam à matriz curricular e que tenham relação com o espaço rural a partir da perspectiva da Educação do Campo. Nesse sentido, constatou-se que a matriz curricular está

sendo desenvolvida na Escola do Campo em Tempo Integral Bela Vista, que dá ameaça ao seu fechamento, resiste no campo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fábio Chang de. **O historiador e as fontes digitais:** uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. Revista do corpo discente do PPG - História UFRGS. Num.8, vol. 3, Janeiro - Junho 2011.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; SOUZA, Inêz Rezende de. **Trajetória de construção da educação no/do campo na Escola Municipal Rural São Joaquim Polo e Extensões em Selvíria-MS.** Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS – nº 24 – Ano 13, Novembro 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/ojs/index.php/RevAGB/article/view/2756/2092>> Acesso em: 05 nov. 2019.

CEZARINHO, Filipe Arnaldo. **História e fontes da internet:** uma reflexão metodológica. Temporalidades – Revista de História, ISSN 1984-6150, Edição 26, V. 10, N. 1 (jan./abril. 2018).

COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa; JEFFREY, Débora Cristina; MACIEL, Antônio Carlos. **A educação integral como objeto de estudo:** mais que um tempo... além dos espaços. Santarém, Pará, 2018.

COSTA, Frederico Jorge Ferreira; LIMA, Maria Aires de; PEREIRA, Karla Raphaella Costa. **Educação do campo, organização escolar e currículo:** um olhar sobre a singularidade do campo brasileiro. Revista e-Curriculum, São Paulo, v.15, n.4, p. 1127 – 1151 out./dez.2017. Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>> Acesso em: 05 nov. 2019.

**Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010.** Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Brasília, DF: Diário Oficial da União - Seção 1 - 5/11/2010, Página 1. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-d-e-2010/file>> Acesso em: 13 dez. 2019.

DMITRUK, Hilda Beatriz; JAGUSENSKI, Therezinha Cristina. **Nova Itaberaba:** o presente em busca do passado. Chapecó: CEOM, 2001. 175 P.

FAGUNDES, José; MARTINI, Adair Cesar. **Políticas educacionais:** da escola multisseriada à escola nucleada. Olhar de professor, Ponta Grossa, 6 (1): 99-118, 2003.

FERRO, Ana Paula Rodrigues. **A netnografia como metodologia de pesquisa:** um recurso possível. (USCS/UNR/FACON) Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queirós, ISSN 2179-9636, Ano 5, número 19, agosto de 2015. Disponível em: <[http://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20170509161801.pdf](http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170509161801.pdf)> Acesso em: 10 de out. de 2020.

G1.com. **Facebook completa 15 anos com 2,3 bilhões de usuários.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/02/04/facebook-completa-15-anos-com-23-bilhoes-de-usuarios.ghtml>> Acesso: em 28 de set. de 2020.

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GILIOLI, Juliana Bianchi; SIMÕES, Willian. **A escola territorialmente situada**: notas sobre uma experiência de Educação do Campo e Educação de Tempo Integral no sertão catarinense. X Simpósio Nacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Internacional. Recife/PE.

Disponível em:

<[https://www.singa19.com.br/resources/anais/8/singa2019/1572533547\\_ARQUIVO\\_ea8cde50b918db1c58cb38490e39fb52.pdf](https://www.singa19.com.br/resources/anais/8/singa2019/1572533547_ARQUIVO_ea8cde50b918db1c58cb38490e39fb52.pdf)> Acesso em: 10 dez. 2019.

HERRERA, Miguel Hexel; PASSERINO, Liliana Maria. **Estigma e Ciberespaço**: desafios da netnografia como metodologia para pesquisa de redes temáticas na blogosfera. Ciências Sociais IFCH – UFRGS.

IBGE. **Nova Itaberaba**. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/nova-itaberaba.html>> Acesso em: 19 de jun. de 2019.

MACHADO, Luane Cristina Tractz. **Da educação rural à educação do campo**: conceituação e problematização. Faculdade Guairacá.

Disponível em: <[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25113\\_12116.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25113_12116.pdf)> Acesso em: 20 de out. de 2020.

MAGNONI, Maria da Graça Mello. FIGUEIREDO, Wellington dos Santos. **GEOGRAFIA E TECNOLOGIA: O CIBERESPAÇO COMO DIMENSÃO SOCIOESPACIAL**. Ciência Geográfica - Bauru - Ano XXIII - Vol. XXIII - (2): Janeiro/Dezembro - 2019.

MEC. Ministério da Educação. **Educação Integral**. Disponível em:

<<http://educacaointegral.mec.gov.br/>> Acesso em: 13 dez. 2019.

MELO, Silas Nogueira de. **EDUCAÇÃO NO CAMPO E EDUCAÇÃO RURAL**: distinção necessária para compreensão da realidade geográfica. Disponível em: <[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/119949/melo\\_sn\\_tcc\\_rcla.pdf?sequence=1](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/119949/melo_sn_tcc_rcla.pdf?sequence=1)> Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”. Instituto De Geociências E Ciências Exatas. 2011. Acesso em: 20 de out. de 2020.

Ministério Da Educação. Conselho Nacional De Educação. Câmara De Educação Básica. **RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf)> Acesso em: 13 dez. 2019.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo**: marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012.

Nova Escola. **PNE meta 6**. Disponível em:

<<https://novaescola.org.br/conteudo/3002/pne-meta-6>> Acesso em: 19 de jun. de 2020.

Planalto.gov. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)> Acesso em: 13 dez. 2019.

**Projeto político pedagógico do município de Nova Itaberaba.** 2008, 77 páginas.

**Projeto político pedagógico da escola do campo em tempo integral bela vista.** Município De Nova Itaberaba, Secretaria Municipal De Educação, Escola Do Campo Em Tempo Integral Bela Vista. 2020.

PUNTEL, Jovani Augusto; PAIVA, Dr Carlos Águedo Nagel; RAMOS, Dra Marília Patta. **Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo.** IPEA, 2011.

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao\\_2.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf)>. Acesso em: 10 de out. de 2020.

ROCHA, Solange Helena Ximenes; VASCONCELOS, Clêny Ruth Alves. **Reflexões sobre a Escola do Campo em tempo integral no município de Santarém** – Pará. Educação: Teoria e Prática/ Rio Claro, SP/ Vol. 27, n.56/ p. 475 - 492/ Setembro-Dezembro. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18675/1981-8106.vol27.n56.p475-492>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

SACRISTÁN, José Gimeno. O que significa o currículo? In: SACRISTÁN, José Gimeno (org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo.** São Paulo: Penso, 2013. cap. 1. p. 16-35.

SANTOS et al. **Socioterritorialidade: a inter-relação cultura-território-educação do campo.** In: Estudos agrários: A complexidade do agrário contemporâneo. Organizado por Darlene Aparecida de Oliveira ferreira, Enéas Rente Ferreira e Adriano Corrêa Maia, Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/109199/ISBN9788579832246.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 20 de out. de 2020.

SCHMITZ, Claudia; MATTE, Jediane. **MARCAS DA EDUCAÇÃO RURAL E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM GUATAMBU-SC.** UFFS: CHAPECÓ, 2018.

SIMÕES, Willian. A educação do campo e desafios na atual conjuntura política Brasileira. In: ROCHA, Humberto José da; SEMINOTTI, Jonas José; TEDESCO, João Carlos. **Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas.** Chapecó: Ed. UFFS, 2018. p.330-357.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008 1089. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 05 nov. 2019.

static.fecam.net.br. **HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA.** Disponível em: <[https://static.fecam.net.br/uploads/369/arquivos/1151013\\_HISTORICO\\_DO\\_MUNICIPIO\\_DE\\_NOVA\\_ITABERABA.pdf](https://static.fecam.net.br/uploads/369/arquivos/1151013_HISTORICO_DO_MUNICIPIO_DE_NOVA_ITABERABA.pdf)> Acesso em: 14 de maio de 2020.

TORRES, Mirian Rosa; SIMÕES, Willian. **Educação do Campo: por uma superação da Educação Rural no Brasil.** Disponível em: <<https://docplayer.com.br/13869936-Educacao-do-campo-por-uma-superacao-da-educacao-rural-no-brasil.html>> UFPR LITORAL. Acesso em: 20 de out. de 2020.

XAVIER, Raimundo Claudio Silva. **Ciberespaço, Cibercorpo, Ciberaprendizagem**. O novo status do conhecimento. Disponível em:  
<[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10277/1/Dissertacao\\_Raimundo%20Xavier.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10277/1/Dissertacao_Raimundo%20Xavier.pdf)>  
Universidade Federal da Bahia, 2004. Acesso em: 28 de set. de 2020.